



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 63ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 02 de outubro de 2017, com início às nove horas e cinquenta e oito minutos sob a Presidência do Vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **OLAVO SANTOS** e com a presença dos vereadores: Alécio Espínola, Dr. Bocasanta, Cabral, Carlinhos Oliveira, Celso Dal Molin, Damasceno Junior, Fernando Hallberg, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Josué de Souza, Mazutti, Mauro Seibert, Misael Junior, Olavo Santos, Parra, Paulo Porto, Pedro Sampaio, Policial Madril, Rômulo Quintino, Serginho Ribeiro e Valdecir Alcântara. (Execução do Hino Nacional e leitura de passagem da Bíblia feita pelo vereador Celso Dal Molin). (-Peço a palavra) – Presidente: Pois não vereador. – Vereador Fernando Hallberg: Eu peço que, não só lerem a Bíblia, mas, também, cumpram e façam, tenham seus atos de acordo com as suas palavras, todos aqueles que carregam ela debaixo do braço e a pronunciam sempre aqui nessa Câmara. Que suas atitudes, também, sejam condizentes. Obrigado. – Presidente: Só lembrando aos senhores vereadores, que esse espaço é para leitura de texto vereador Fernando (-É questão de Ordem senhor Presidente), é para leitura de texto ou texto religioso ou enfim, de reflexão, uma mensagem. Não necessariamente uma mensagem da Bíblia, mas, inclusive, está aberta a qualquer vereador que queira, na primeira sessão do período, fazer a leitura de alguma mensagem para reflexão vereador Paulo Porto, vossa Excelência que é o vereador do PCdoB – Partido Comunista do Brasil. (-Questão de Ordem) – Vereador Celso Dal Molin: Senhor Presidente, seria bom quando alguém fizer uma colocação, que cite nomes e quando, também, a pessoa quiser ler essa parte que está na Lei, que é Lei, ela pode ler. Eu leio sempre porque até agora não se manifestou ninguém que tivesse, quisesse a oportunidade de ler, quando quiser é só falar “eu quero ler” e pronto e acabou. E como o senhor falou senhor Presidente, é qualquer texto, desde que venha de acordo com a Lei que está para cada um de nós nessa Casa. E a colocação do vereador Fernando Hallberg, foi imprópria para o momento e para a hora eu quero deixar isso registrado. E quanto a minha pessoa e quanto aos meus atos, eu devo obrigação a Deus e nenhum homem mais. Obrigado senhor Presidente. (-Questão de Ordem) – Presidente: Começamos bem senhores, a nossa sessão legislativa do dia 02 de outubro de 2017. Pois não vereador Olavo. – Vereador Olavo Santos: Me prontifico, então, na próxima, no início da primeira sessão do próximo mês a fazer, também, uma reflexão, uma leitura. – Presidente: Peço a nossa Secretária Kleide, que faça anotação, que na próxima sessão, no primeiro período do próximo período, será feita leitura da mensagem pelo vereador Olavo Santos. – Presidente: Sob a proteção de Deus e havendo número regimental, dou por aberta a sessão e solicito ao senhor secretário que faça a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Substitutivo nº 1/2017 ao Projeto de Lei nº 88/2017; Parecer Comissão de Trabalho e Legislação Social nº 15/2017 favorável ao Projeto de Lei nº 116/2017; Parecer Comissão de Justiça e Redação nº 173/2017 favorável ao Projeto de Lei nº 116/2017; Parecer Comissão de Defesa do Meio Ambiente nº 4/2017 favorável ao Projeto de Lei nº 116/2017. Inscritos para a fala no Grande Expediente, os vereadores: Celso Dal Molin; Rômulo Quintino; Carlinhos Oliveira; Fernando Hallberg; Policial Madril; Misael Junior, que fará uso do tempo do Bloco Parlamentar; Olavo Santos, que



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

fará uso do tempo do Bloco Parlamentar da Transparência; Serginho Ribeiro; Mazutii; Alécio Espínola, como líder do Governo; e Pedro Sampaio. – Presidente: Finda que está a matéria de expediente, deixo a palavra livre pra inclusão ou destaque para a ordem do dia. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA:** – Não houve nenhuma solicitação neste sentido. **ORDEM DO DIA:** - Presidente: Temos as atas da 55ª, 56ª, 57ª e 58ª Sessões Ordinárias que foram realizados nos dias 4, 5, 11 e 12 de setembro de 2017. Em discussão as atas. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os vereadores contrários que se manifestem. Atas aprovadas pela totalidade dos senhores Vereadores. Passamos ao Substitutivo nº 01/2017 ao Projeto de Lei nº 81/2017, que tem como autoria os vereadores Fernando Hallberg, Vereador Policial Madril, Mauro Seibert, Olavo Santos, Sérgio Ribeiro, Pedro Sampaio, Dr Bocasanta, Vereador Aldonir Cabral, Vereador Damasceno Júnior e vereador Celso Dal Molin, que dispõe sobre a lista de espera por vagas nos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI e suas prioridades. Em discussão o Substitutivo. (-Peço a palavra) Com a palavra o vereador Fernando Hallberg. – Vereador Fernando Hallberg: Senhor Presidente quero saudar vossa Excelência e em nome do senhor, a todos os vereadores que estão presentes, todos os cidadãos de Cascavel que estão aqui hoje, sejam sempre bem-vindos a essa Casa. Senhor presidente e demais vereadores tem alguns momentos que, às vezes, claro a gente se sente frustrado nessa Casa de Leis por não conseguir fazer tudo àquilo que quer, mas tem uns momentos de alegria também né vereador Mauro, quando a gente consegue cumprir com o nosso papel de vereador e propiciar que o processo legislativo, propiciar que haja participação no processo legislativo e nesse caso, em questão, houve participação de vários órgãos da sociedade, então, nós tivemos aqui presentes, contribuindo com esse projeto à própria Secretaria de Educação, secretaria Márcia; a sua Assessoria Jurídica; vários vereadores, alguns até que não assinaram, mas o vereador Misael também contribuiu com esse projeto. Saúdo todos os vereadores que assinaram e participaram dessa construção aqui, tivemos aqui presente também a própria Defensoria Pública que trouxe a sua realidade, tivemos aqui presente também o próprio promotor doutor Luciano que participou da reunião, que discutiu e da qual se tirou esse texto final e vejo hoje aqui senhores um avanço grande para Cascavel. Quero saudar também Vereador Rômulo e o vereador Misael que agora conseguiram com que as vagas em creche na associação e em entidades privadas agora, se não me engano, se não me engano vão ser contratadas 1200, mas os senhores que levantaram esse tema aqui na Câmara de Cascavel e o que nós estamos fazendo aqui é corrigindo e regulamentando algumas questões com relação a fila nos CMEIs. Desde 2011 que se tem feito Leis que regulamentam a questão da Transparência em vários setores e nós já fizemos várias esse ano e fico feliz com isso vereador Mauro porque quando a gente institui transparência em algum processo, aquele processo tende a funcionar melhor porque ele passa a ser vigiados. Então, é como uma empresa todo o funcionário que está sendo, de certa forma, seu trabalho está sendo medida, a chance de aquilo dar certo é muito maior. Então, a gente institui a Transparência nessa fila, de maneira aberta para que nós vereadores possamos acompanhar e toda a população possa acompanhar. Também, regulamentamos a questão do cadastro no Cadun, se



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

especifica agora, via Lei e para isso ser mudado tem que vir outra Lei, mas o mais importante, no meu ponto de vista, desta Lei é a questão da prioridade de quem deve ser atendido primeiro. Lembrando que 12 CMEIs em Cascavel foram construídos com dinheiro... Eu peço que meu tempo seja de 10 minutos senhor Presidente. Lembrando que 12 CMEIs em Cascavel foram construídos com dinheiro do Pro Infância, que veio do Bolsa Família e baseado nisso, nós colocamos aqui alguns critérios para pleitear prioritariamente as vagas. A nossa Constituição Brasileira é bem clara no que ela diz o seguinte: nós temos que tratar os iguais como iguais e os desiguais como desiguais. Então, nada mais justo que a gente privilegiar aquelas pessoas Vereador Josué e eu sei que o senhor privilegia elas porque o Senhor luta, principalmente, para essas pessoas que não são tão privilegiadas, ou pelos mais desprivilegiados, que são as crianças em situação de vulnerabilidade; pais ou responsáveis legais que trabalham também comprovado mediante declaração de trabalho ou registro em carteira de trabalho e a outra questão é técnica, que é questão de transferência desde que comprovada necessidade para pessoas que já estejam na vaga e depois, somente depois, vem a ordem cronológica. (-Um aparte) Concedido. – Vereador Rômulo Quintino: Aproveitando cumprimentar todos os vereadores, assistência, aproveitando a vossa explanação sobre esse importante projeto, eu só, já que o senhor está com um domínio bem amplo da matéria para nos diferenciar com relação ao que já existe, justamente, na questão da fila; o que o projeto vai, para deixar bem claro, o que o projeto vai ampliar com relação aquilo que já existe e o que vai, de fato, melhorar. Obrigado Fernando. – Vereador Fernando Hallberg: Valeu, obrigado. Com relação a fila, basicamente, é a questão da prioridade. Hoje temos em torno de duas mil ações que tramitam na justiça a vereador Rômulo e que elas necessitam da Defensoria Pública do Estado do Paraná que tinha 3 defensores para atender, hoje nós temos um problema porque só tem um defensor e a fila da creche acabou virando a fila da Defensoria Pública, então, parou de se formar fila na Secretaria de Educação e começou a se formar fila lá na Defensoria Pública, para que o Defensor, então, através da Justiça garantisse o direito a vaga à criança em específico. Porém, isso gera uma sobrecarga de trabalho excessiva e a gente não consegue da mesma forma a vaga para todas essas crianças. Lembrando que Cascavel tem uma taxa de natalidade de 500 crianças/mês, então são 500 novas vagas que teria que ser criadas quase mês a mês se todos fossem para escola. O que nós fizemos foi pegar os mesmos critérios que a pessoa tem para ir na Defensoria Pública, que ela deveria ser atendida, e a Defensoria garantiria essa vaga para ela, porque a defensoria já tem uma premissa de atender pessoas em uma determinada situação, que é até três salários mínimos de renda bruta familiar e, de certa forma, garantiria via judicial essa vaga. O que nós fizemos? Nós priorizamos essas pessoas na fila já, então, evitando todo esse trabalho da Defensoria Pública, evitando todo esse trabalho da Promotoria e evitando todo esse trabalho do próprio Judiciário porque isso vira papel, isso vira ações, isso onera, o custo para que isso aconteça, para a sociedade, é muito alto. Dessa maneira nós já priorizamos essas pessoas na fila do CMEI e também colocamos a questão do Conselho Tutelar, que as decisões do Conselho Tutelar para ingresso na fila tem eficácia imediata e isso é uma... Está inclusive na própria Legislação Federal do



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Conselho Tutelar, porém colocamos aqui “desde que proferidas de forma colegiada e no âmbito de suas atribuições”. O Conselho Tutelar não vai poder simplesmente: “eu solicito que seja garantida vaga para aquela criança”, não! Ele tem que explicar a situação daquela criança, ele tem que determinar que aquela criança está em situação de vulnerabilidade e caso aquela criança não seja colocada numa escola a situação daquela criança pode se agravar ainda mais. Então, eu creio Senhores que aqui nós não estamos falando só de educação, nós estamos falando também de direitos constitucionais básicos, nós estamos falando também de Segurança Pública, porque quando nós estamos colocando na escola Vereador Misael essas crianças menos privilegiadas, vamos chamar assim, ou que não tem condições, então, de pagar uma escola particular, essa criança não tá na rua, essa criança vai ter uma educação de qualidade e acreditamos que a educação do 0 aos 7 anos ela é crucial, inclusive, na formação do caráter da pessoa. Então, nós estamos aqui criando sim uma próxima geração diferente, que talvez muitos estejam aqui daqui alguns anos, então, senhores peço voto favorável a todos os senhores, estou à disposição para esclarecer qualquer dúvida com relação ao projeto e parabéns a todos os vereadores que participaram, pois não é um projeto meu, mas é uma composição de 10 vereadores que participaram de várias reuniões para nós chegarmos nesse texto que está sendo apresentado para os senhores. Muito obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra o vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Senhor Presidente, demais vereadores e a plateia aqui presente hoje. Isso aqui é um Substitutivo nº 1, é um projeto e quando se apresenta um Projeto se discute o Projeto. A gente não concorda em ideias, às vezes, mas aqui nesse momento dez vereadores assinaram e dez vereadores concordaram com esse Projeto que foi uma ideia de alguém que começou. Então, a gente só discute ideias e projetos, não pessoas e nem atitude de pessoas, cada um cuida da sua vida como quer. Quando falamos em Projetos eu concordo com o Fernando e com mais 8 nesse Substitutivo, eu assinei, vou votar favorável e peço voto favorável porque a ideia é boa e a ideia se tornou um Substantivo bom, um Projeto bom de acordo com o meu entendimento, então, eu compartilho dessa ideia, compartilho desse Projeto e voto. Não quer dizer que amanhã esses 10 que assinaram aqui, pode vir outro Projeto que alguns não vão concordar e nós vamos debater a ideia que virou um projeto e podemos ser contra, isso pode acontecer na sessão de hoje, nós não concordamos com a ideia. Mas, quanto a esse projeto senhores vereadores, 10 assinaram, a ideia é boa ela vem somar, ela vem ajudar, então, esse projeto tem tudo para dar certo, vai dar certo, por isso pedimos voto favorável. Então, nós temos que ter muito cuidado em discussões que nós temos aqui porque nosso objetivo é melhorar a cidade de Cascavel e para melhorar a cidade de Cascavel e através dos Projetos que são apresentados nessa Casa. E quando tem o voto da maioria, ele é aprovado e se torne uma Lei, que cidadãos de Cascavel vão ter que cumprir aquela Lei. Então, nós trabalhamos nesse sentido, então, quando nós aqui nos reunimos, na sessão e vamos trabalhar isto, sempre que houver uma situação de desacordo é porque a minha ideia não está de acordo com a ideia daquele que apresentou o Projeto e quando isso acontece, pode até ser que um vereador ou outro esteja errado nessa situação, mas o debate é esse, o debate é melhorias para a cidade de Cascavel. Então, senhores vereadores baseado



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

nisso eu peço também voto favorável a esse projeto. Obrigado senhor Presidente. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra o vereador Mazutti. – Vereador Mazutti: Senhor Presidente, nobres colegas vereadores, plateia em geral, um abraço ao pessoal da ACAC, que está prestigiando nossa sessão de hoje, cumprimentar os autores do Substitutivo Fernando e os demais. Tem algumas coisas, algum item que foi suprimido, que eu até, no projeto original, achava e acho interessante, porque quando a mãe ou responsável vai fazer a inscrição do filho na creche ele dá três opções para inscrição: a prioridade onde a creche é próxima para ele poder estar acompanhando a criança mais próxima; a segunda opção, intermediária; e o terceiro mais longe. Daí sai uma vaga na terceira opção, mais longe, e daí o pai fica ou o responsável fica naquela dificuldade de levar a criança até o CMEI todo dia, aquela coisa toda. E no Projeto original, ele tem essa permissão aqui no parágrafo 3º: “a criança que já esteja matriculada em algum CMEI poderá solicitar a transferência desde que haja vaga no CMEI solicitado; em não havendo vagas, a mesma ingressa no final da fila de espera com a nova vaga”. Quer dizer, ela continua no CMEI, mas fica esperando uma nova vaga naquele CMEI que ela tem pretensão. E, também, no parágrafo 4º: “poderão ocorrer permutas de vagas entre CMEIs desde que de comum acordo entre os pais ou responsável”, quer dizer, às vezes, pode acontecer alguma coisa com a criança e se o CMEI for muito longe demora para o pai ou a mãe ou responsável chegar até o local. Claro que isso pode dar um transtorno para secretaria teria que fazer uma adequação no sentido de poder atender essa demanda, porque alguns pais me procuraram para poder mudar de um CMEI para o outro e não é possível, hoje não consegue. Aonde ele conseguiu a vaga ele tem que permanecer até que a criança saia daquela condição do CMEI e vai para a escola, então, nesse sentido. Mas, no mais, assim (-Um aparte). Pois não. – Vereador Fernando Hallberg: Então, na verdade isso foi uma sugestão da própria Secretaria de Educação, que já tentou fazer esse processo, essa maneira e não teve sucesso, gerou muita confusão, então, eles mesmo que pediram pra gente retirar. Porém, nós colocamos vereador Mazutti, no inciso IV do artigo 7º, como uma ordem de critérios, então, o que acontece, a pessoa que já está matriculada, ela tem prioridade antes da ordem cronológica, ela só não entra na frente daquela pessoa que está em situação de vulnerabilidade. Então, se tem uma vaga e tem uma pessoa que é transferência e outra em situação de vulnerabilidade, àquela que está em situação de vulnerabilidade vai ter a vaga. Se tem uma vaga e tem uma pessoa que está na fila normal, mas não em situação de vulnerabilidade e alguém que quer transferência, vai ser priorizado a transferência, até porque nesse outro CMEI da qual houve a transferência vai se abrir uma vaga também, porque de qualquer forma vai se abrir essa vaga. Então, o que a gente fez? A gente simplificou isso e colocou “transferência desde que comprovada a necessidade” no inciso IV do artigo 7º e a forma como isso vai ser executado daí vai ser regulamentado pela própria Secretaria de Educação. – Vereador Mazutti: Obrigado Fernando, seria isso senhor Presidente. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra o vereador Serginho Ribeiro. – Vereador Serginho Ribeiro: Senhores vereadores, senhor Presidente, nobres amigos da plateia, sejam muito bem vindos a essa Casa é um prazer enorme sempre recebê-los, a imprensa, os nossos assessores e o pessoal que nos acompanha em casa também. Então, na verdade nesse Projeto que dispões



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

realmente de uma lista de vagas de espera dos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs e as suas prioridades. O que nós vemos, é claro, numa transparência que é buscada ao longo da história, não só em Cascavel, mas em tudo que se faz. Nós vemos aqui a justificativa do Substitutivo... pretende assegurar melhor a prestação no serviço público dos CMEIs, após ampla discussão, claro, representantes do Poder Executivo, Judiciário, Ministério Público, a sociedade civil e, é claro, uma necessidade de nós darmos acesso ao CMEI de forma universal a todos os alunos. Ontem nós falamos, é um direito, com certeza, da criança e dessa maneira foi abrangido de forma, tem que ser a comprovação de endereço, avaliada na entrega de documentos na Secretaria de Educação, tudo isso que foi constatado com os demais vereadores que colocaram. E, é claro, com escopo de aumentar a transparência e facilitar a fiscalização, que nós estamos, é claro, que uma divulgação, relatórios e vagas divididos pelos CMEIs. nós vemos o seguintes, a preocupação é essa Vereador Mazutti, quando nós somos procurados pelos pais, qual é a transparência? Na verdade é isso que nós buscamos que a criança tenha acesso à educação de qualidade, inclusive vale salientar e saudar os professores pelo belíssimo trabalho que é feito, o professor, onde tem que ser valorizado, com certeza, financeiramente, de uma forma ampla, com seus afazeres, mas é dessa forma que se faz. Acho que nós estamos aí aprovando Celso Dal Molin, realmente uma situação não só da parte vulnerável de uma criança, mas dando condição e nós vemos também, inclusive com os dados aqui do Fernando Hallberg, que o aumento é gigante. Nós temos aqui a cada período um aumento de crianças, então, vou mais além, a preocupação dos pais, a preocupação da informação na educação, porque há uma preocupação, o crescimento populacional é imenso e, é claro, nós temos que dar uma condição das crianças e ao mesmo tempo educá-las de forma digna, competente, onde, é claro, nós fazemos parte de toda essa história. Então, também, peço voto favorável, acho que, eu acredito que todos os vereadores, não só os que assinaram esse Projeto como também assino, mas a prioridade é a criança, que estabeleça uma Lei no município de Cascavel de transparência, atendimento com as crianças, que possam dar condição realmente digna e séria as famílias na proximidade ou não da sua casa. O bom seria perto da casa, que otimiza tempo, otimiza o custo, fica muito mais fácil, mas se não tem, tem que ter outra opção. Seria isso senhor Presidente, muito obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra o vereador Rômulo Quintino. – Vereador Rômulo Quintino: Senhor Presidente, senhores vereadores, nós estamos debatendo uma questão de forma privativa aqui, entre eu, o presidente e o Fernando, mas até para abrir Fernando porque tem muitos que estão com essa dúvida, o artigo 7º da Lei, o seu inciso terceiro que traz a seguinte redação “pais ou responsáveis legais que trabalham comprovam mediante declaração de trabalho ou registro na carteira de trabalho”, então, naturalmente ele vai privilegiar quem, em tese, precisa da vaga porque está trabalhando e precisa deixar a criança em algum local e assim por diante. Mas, aí surgiu a preocupação daqueles que estão justamente desempregados, àqueles que não estão trabalhando, se eles não vão ficar alheios ou prejudicados pelo inciso 3º, talvez, que é o que o senhor estava nos explicando aqui, o inciso segundo vai justificar essa questão, crianças em situação de vulnerabilidade ligado com o parágrafo segundo



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

do artigo 7º, que fala que “presume-se criança em situação de vulnerabilidade, as que atendem os critérios utilizados pela Defensoria Pública do Estado do Paraná”, então, esses critérios que são utilizados pela Defensoria Pública do Estado do Paraná é que a questão. Por falha minha, reconheço, não fui antes atrás para ver quais são esses critérios, se eu tiver e puder, naturalmente vos explicar (-Um aparte). Claro. – Vereador Fernando Hallberg: Brilhante essa colocação Vereador Rômulo, mas quando os outros vereadores pensaram nessa situação, foi uma discussão que, realmente, a gente quebrou bastante a cabeça né vereador Olavo, com relação a isso, entre colocar ou não a prioridade para pais que trabalham. Inclusive, a gente tinha até colocado crianças de mães adolescentes, porém a questão de vulnerabilidade já englobaria. O que nós pensamos aqui, se o pai estiver desempregado, então, a renda bruta não extrapolar os três salários mínimos, que esse é o critério da Defensoria, então, ele já vai entrar na prioridade 2 e os pais ou responsáveis legais que trabalham ele vai entrar só na prioridade 3, então, se ele tiver desempregado e a renda bruta não alcançar os três salários mínimos ele vai ter mais prioridade no atendimento do que aquele que tá que tá trabalhando. Por que nós escolhemos colocar aqui “presume a questão dos critérios da Defensoria Pública do Estado do Paraná? Porque esses critérios já foram baseados né vereador Celso, inclusive no próprio ECA já foi feito um estudo, a Defensoria só atende, não pode ser qualquer pessoa que vai lá e vai ser atendido gratuitamente na Defensoria, são para pessoas mais carentes, realmente. então, nós colocamos esse critério para que nós estejamos alinhados, até porque se a pessoa não conseguir por aqui a vaga aí, então, ela iria na Defensoria e nós teremos a fila do CMEI seria a fila da Defensoria. Nós colocamos o mesmo critério já para que não cause isso e a gente onere outros órgãos do estado com relação a essa a prioridade na fila. – Vereador Rômulo Quintino: Talvez amanhã vamos estudar conjuntamente, até por respeito aos senhores que são os autores do projeto, a questão de definir no corpo da Lei o que são esses sistemas de vulnerabilidade. (-Um aparte). – Vereador Mauro Seibert: Só pra contribuir vereador, existe uma resolução da Defensoria Pública e os critérios para essa vulnerabilidade, então, só pra contribuir. – Vereador Rômulo Quintino: Obrigado vereador Mauro, era isso senhor Presidente. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra o vereador Olavo Santos. – Vereador Olavo Santos: Senhor Presidente, senhores vereadores, cara comunidade, até para aqueles que nos assistem, os que estão aqui e os que nos veem através da TV Câmara, para que a gente possa trazer mais as claras a necessidade desse Projeto. Primeiramente quero parabenizar, principalmente, a assessoria dos vereadores Madril, Mauro Seibert, do Fernando Hallberg que estiveram mais à frente do Projeto, das pesquisas, dos trabalhos; Misael, também, Vereador Misael e dizer que é um anseio de toda a nossa comunidade, daquelas pessoas... hoje nós já chegamos em 4 mil crianças que precisam estar no CMEIs, eram três mil no início do ano, já estamos em 4 mil, isso preocupa. Preocupa também a questão da transparência, que não estava tão transparente como nós precisamos que seja, então, nós vamos organizar essa fila com o Projeto, fazendo com que conste na fila o nome da criança, a data que foi solicitada a vaga, os CMEIs que escolheu e os que foi escolhido, vamos pedir que seja no portal da transparência, também, as vagas disponíveis por CMEIs, não no geral, mas por CMEIs



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

e que sejam mensalmente, também, encontrados no Portal da Transparência as vagas que foram ocupadas. Mais importante ainda, quando o vereador Fernando falou da Defensoria Pública, sim, com esta Lei nós entendemos que vamos estar, vamos contribuir para desafogar o trabalho na Defensoria Pública e facilitar a ação dos pais que precisam de vagas pra por a criança CMEI, agilizar o processo. Os critérios aqui estabelecidos foram rigorosamente conversados e analisados e entendemos que estamos colocando os critérios da Defensoria Pública, estamos mais do que isso, estamos dando a condição para que o Conselho Tutelar possa de uma forma colegiada, quer dizer, não apenas um conselheiro,, que possa ter até influência política para determinar uma vaga, que um colegiado do Conselho Tutelar possa determinar uma vaga para uma criança, desde que obedeça os critérios da Defensoria Pública, isso é importante. Em relação àqueles que estão trabalhando, que nós colocamos aqueles que estão trabalhando como um dos critérios, todos têm direito, mas aqui em alguns momentos nós precisamos ter um critério de bom senso e entender e é sabido que muita gente que não tem trabalho, que não está trabalhando, que tem a condição, o privilégio de poder ficar cuidando da sua casa, coloca ainda, assim, a sua criança no CMEI e aquele que precisa trabalhar para sustentar a sua família não tem essa opção, não tem esta condição. E logicamente que nos preocupa muito aqueles que estão desempregados, aqueles que precisam, aí sim que entra esse critério. Nós entendemos que vamos agilizar todo esse processo, pode não ser o melhor entendimento, mas o melhor que nós podemos trazer, conversando com pessoas que entendem da área; foi conversado com os profissionais da secretaria de educação, foi conversado com a Defensoria Pública, com a vara da infância e juventude, com o Ministério Público, foi conversado com legisladores; experiência de outras cidades e aqui nós trazemos esta condição para que possamos agilizar todo esse processo e lembrando que é um dever nosso como comunidade, como sociedade nos organizarmos. Os legisladores, vereadores aqui nós não temos nem obrigação de saber tudo de cada área, mas temos o dever de procurar entender e esse projeto foi trabalhado durante um bom tempo e estamos, sim, abertos, tenho certeza e os outros autores do Projeto, a sugestões. Mas quanto a esta questão, de quem está trabalhando, o critério da Defensoria Pública já resolve tudo, nós colocamos que para que o colegiado do Conselho Tutelar defina é preciso estar em união e unidade com o que está definido pela Defensoria Pública. Então, eu peço aos senhores voto favorável e a compreensão da sociedade. Vai estar transparente, você vai poder saber quantas pessoas tem na frente do seu filho, quantas crianças têm na frente e quantas foram chamadas, não só o nome do seu filho. É hora de Transparência total para que tenhamos lisura em todo processo administrativo. Obrigado Presidente. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra o vereador Policial Madril e na sequência vamos ouvir o vereador Misael Junior. – Vereador Policial Madril: Queria cumprimentar o Presidente e com isso cumprimentar os demais vereadores aqui presentes, cumprimentando também o pessoal da plateia. Desde o início do meu mandato já comecei a pensar nessa situação dos CMEIs porque quando a gente trabalha em outra função a gente não tem a ideia como funciona. E a gente sempre vê falar dos CMEIs, quando não tinha vaga o pessoal procurava um advogado para entrar com mandado de



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

segurança ou procurava Defensoria Pública aí as demais pessoas, talvez, por não ter conhecimento, muitas vezes ficava com o filho, deixa o filho ser cuidado pela avó ou por um parente e às vezes não têm as mesmas condições de pagar uma creche ou outro local. A reclamação geral da população, também, é que eles pediam, após a gente ter assumido o mandato, pra gente ficar próximo aos CMEIs e ver as condições de veículos que as pessoas chegavam para deixar os filhos, outros ainda relatavam que muitas mães levam os filhos de manhã para o CMEI e voltava pra casa dormir, não trabalhava durante o dia. Então, reclamações como essas que levou a gente a pensar em fazer um Projeto de transparência e vê se tinha como fazer. Aí você vai à Constituição, a gente sabe, também, que a educação, o estudo, a saúde é um direito de todos, mas sendo pesquisado foi visto que na cidade, em algumas cidades no estado do Rio de Janeiro já tinha esse Projeto de transparência, algumas cidades no Paraná também já tem, aí a gente começou a trabalhar sobre isso e verificou que tinha outros vereadores que estavam interessados, também, em fazer este Projeto de Transparência. Como o caso de todos vereadores que já foram citados aqui, mais o vereador Damasceno Júnior, o Vereador Cabral e os demais que foram citados. Com isso eu, anteriormente já tinha pedido para mim assessora fazer um estudo na cidade que tinha e o que dava para gente mudar, daí com isso minha assessora, a Tati, juntamente com Bárbara que é assessora do vereador Mauro e a assessora do vereador Fernando Hallberg, a Isa, começaram a estudar e com os demais assessores de vereadores a gente chegou a algumas discussões, aonde veio Promotor, Secretaria de Educação, Vereador Misael também contribuiu indo com as assessoras da gente até a cidade de Toledo, que já tem projetos semelhantes e a gente chegou a esse Projeto e o que a gente quis fazer? Simplesmente a gente quer fazer um Projeto de Transparência aonde as pessoas tenham certeza do local que elas estão na fila, quem foi matriculado e como que elas vão ser matriculado. E a principal coisa que a gente está fazendo é tirar um pouco do pedido da população que, às vezes, não por maldade ou talvez por não ter conhecimento, o vereador ele não tem como por alguma criança ser matriculada no CMEI ou tem como a gente pegar e dar um jeito ou conseguir fazer alguma manobra porque é o filho de algum conhecido, de um amigo, de um parente consiga ser matriculada antes que outros que estejam na fila. Então, esses dados que vai pedir, tudo que já foi falado sobre o Projeto, só pra deixar uma sociedade mais justa e mais igualitária, porque quando as pessoas que realmente estão mais necessitadas e tem menos condições, talvez, de pagar uma escolinha, que o filho dele seja matriculado nessa vaga. A gente sabe que o direito é para todos, só que tem pessoas que tem condições melhores e pode, talvez, se sacrificar um pouco mais e por seu filho estudar num colégio e deixar aquela vaga para outro que tem mais necessidade, porque se nós formos pensar como ser humano e um, realmente, pensar no outro, a gente só tá fazendo uma readequação e fazendo uma sociedade que seja mais justa, a gente não tá querendo beneficiar ninguém e nem ninguém tirando proveito. Porque às vezes as pessoas pedem favor para gente e a gente já sabe que a gente não pode fazer e de repente quando chega num vereador fala “é, mas o Fulano na outra gestão fazia isso para gente”, então, é coisa que nunca pode fazer e é coisa que fica bem justo. E com essa Lei todas as pessoas, hoje, quando elas vêm perguntar ou vem pedir



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

sobre isso, ele já sabe que tem uma Lei de Transparência onde cada ser humano, cada pessoa que tem um filho matriculado ele sabe a vez do filho dele, se tem a vaga ou não surgiu e aquela outra pessoa que estava na fila, também, vai acompanhar para ver se não passou a vez do filho dele. Por isso, eu peço voto nominal e peço voto favorável por esse Projeto, muito obrigado. – Presidente: Vereador Misael Junior. – Vereador Misael Junior: Senhor Presidente, senhores vereadores, cumprimento a todos com um bom dia, bem como a todos que estão nos assistindo no plenário, em casa, através do Facebook, também. O direito à educação ele é a criança, então, é por isso que muitas vezes vereador Paulo Porto, a nossa indagação, algumas famílias de ter ali alguém que tenha oportunidade de estar no CMEI, porque o direito é da criança, mas os seus pais, parentes não trabalham e muitas vezes outras famílias que estão trabalhando não tem condições deixar o seu filho no CMEI e, às vezes, pedem até o emprego por causa disso, porque não tem condições de deixar com a pessoa cuidadora. Lembrando que, se nós formos olhar para o salário mínimo, certamente, o valor pago a uma pessoa para cuidar da criança é um valor mais alto, inclusive, do que o próprio salário mínimo. Então, diante desse Projeto, desse Substitutivo nós fomos até Toledo onde conversamos com a secretária de educação, eu, minha assessora, assessora do vereador Mauro, assessora do vereador Policial Madril e a assessora do vereador Fernando Hallberg e entendemos um pouco de como funciona lá também, de como funciona em outras cidades do Paraná e são pelo menos duas situações aqui que deixam a gente entendendo de alguma mudança para com o objeto principal. Seja no artigo 7, inciso 3º, aonde concede o direito, então, de prioridade de vagas para pais ou responsáveis legais que trabalham, comprovado mediante declaração de trabalho ou registro na carteira de trabalho. Nós sabemos que muitas mulheres que trabalham como diarista Doutor Jorge Bocasanta, não tem registro na carteira, então, ela não consegue comprovar que ela está trabalhando e com essa declaração ela pode chegar no CMEI, então, e demonstrar que ela está trabalhando, precisa continuar o trabalho, mas ela também precisa da vaga na creche para o seu filho. E, certamente, o inciso de número 4º Vereador Mazutti, fala aqui sobre a transferência desde que comprovada a necessidade, certamente quando uma das crianças forem alocados num CMEI distante da sua casa e ela ter essa lista e perceber que agora perto da sua casa, num CMEI, surgiu a vaga ela pode se inscrever, pode colocar o seu nome e acompanhar isso e demonstrar a necessidade. Acredito que a necessidade é essa comprovação, é demonstrar que está perto de casa e perto de casa é muito mais fácil, muitas vezes precisa pegar o ônibus e ir para outro lugar, lembrando que de ônibus só quem tem cartão Vale Sim, quem não tem cartão Vale Sim não consegue, mas nesse sentido, um CMEI perto de casa ele vai conseguir, vai conseguir levar a pé a sua criança, o seu filho, a sua filha e nós vamos dar continuidade nisso. Então, quero, também, corroborar juntamente com os vereadores, acredito também que essa questão da vulnerabilidade seja uma questão que nós precisamos identificar e talvez explicar aqui, talvez até com uma Emenda ou, quem sabe, um anexo aqui ao Projeto, mas vejo a transparência, vejo a eficiência, veja o avanço desse Projeto. E como vossa Excelência falou, agora, pra cerca de 1200 vagas de crianças, trabalho esse que nós nos comprometemos na campanha, que nós falamos, evidenciamos e agora através dessa Lei nova, que entrou



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

em vigor dia primeiro de janeiro, é feito por chamamento público aonde todas as instituições privadas, que se enquadrem dentro desta, podem usufruir deste benefício, bem como, dar a prioridade para esse serviço. Lembrando que a Constituição Federal no seu princípio, no seu artigo 5º, a cláusula pétrea da nossa Carta Magna, ela fala sobre o princípio da isonomia e da igualdade, tratando os iguais como iguais e os desiguais como desiguais, então, nós precisamos, também, equilibrar isso, como já muito bem falou vereador Policial Madril. Era o que tinha senhor Presidente, muito obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra o vereador Pedro Sampaio. – Vereador Pedro Sampaio: Senhor Presidente, senhores vereadores, gostaria de nominar alguns colegas que estão na plateia: ao César, que é o vice-presidente da Areac; Paulo, diretor do Sindicato Rural; Francisco Justo Júnior, presidente da associação; e ao Milton, que é o diretor da Areac; sejam bem-vindos sempre, uma estima muito grande ter os colegas assistindo aos nossos trabalhos, a imprensa e a toda população aqui, o pessoal da Associação dos Ambulantes, salvo engano, se assim me corrijam. Senhor Presidente, desde que adentrei a esta Casa, às demandas que mais me chegaram, pasmem os senhores que nos acompanham, 50% versam sobre vaga de CMEI e 50% sobre saúde, então, nós estamos legislando aqui para educação e para a saúde. Então, acho que esse é o primeiro desafio do parlamentar aqui, achar políticas públicas, haja vista do que já foi falado aqui, foi muito bem explanado pelos senhores vereadores, todos dentro dos seus critérios técnicos e eu acho que esse é o maior desafio do Poder Executivo. Eu digo, aqui, não precisaríamos estar brigando por fila em vagas nos CMEIs e sim pela ampliação. Nós temos uns dados da Secretaria de Saúde de que nasce mais de 300 crianças, média, me corrija doutor Bocasanta, por mês, 400? Umas 500 crianças por mês, então, nós estamos falando aqui de ampliação, assegurar a prestação do serviço público de qualidade para nossas crianças de Cascavel, mas nós não podemos deixar de pensar na ampliação, também. Logo quando assinei esse Projeto algumas mães vieram nos procurar para que “Pedro, estou trabalhando, vou ter que sair porque não tenho com quem deixar minha criança, meu filho”, então, dessa forma, a partir da hora que a gente quer aqui comprovar, sugerido pelo Ministério Público, sugerido pela Secretaria de Educação de que esse Projeto contempla uma gama grande, porque a defensoria está inchada, de 4 defensores públicos nós só temos um hoje em Cascavel. As demandas que nos chegam aqui, pela improbidade administrativa deste Vereador e dos demais, nós não podemos chegar ao Executivo e pedir vaga, então, nós temos que assegurar quem realmente precisa e quem realmente tem que ser assistido. Não estou aqui ditando de que aquela pessoa que esteja precisando realmente, mas está desempregada, não preenche alguns requisitos que são importantes. A Defensoria nos deu essa instrução normativa, esse projeto vai a contento para que nós desafogarmos, também a Defensoria e possamos exigir do Executivo uma ampliação maior. Então, deixo aqui o meu pedido de voto favorável, o aumento de Transparência ele é importante, hoje algumas pessoas ainda são contempladas, se já foram contempladas antes mesmo de preencher, de estar no seu direito ou na sua fila preferencial, então, isso é negativo para nossa cidade. E peço voto dos Senhores vereadores, porque é um Projeto que vem e foi amplamente discutido com todos os setores da segurança, do Judiciário para



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

que nós possamos trazer a melhor Lei para a população de Cascavel. Então, seria isso senhor Presidente e peço voto favorável senhores vereadores. – Presidente: Em votação. Eu determino que, a pedido do senhor primeiro secretário, proceda a votação nominal. (Foram favoráveis os vereadores: Alécio Espínola, Dr.Bocasanta, Cabral, Carlinhos Oliveira, Celso Dal Molin, Damasceno Junior, Fernando Hallberg, Jaime Vasatta, Josué de Souza, Mazutti, Mauro Seibert, Misael Junior, Olavo Santos, Parra, Paulo Porto, Pedro Sampaio, Policial Madril, Rômulo Quintino, Serginho Ribeiro e Valdecir Alcântara). (Não houve nenhum voto contrário). – Secretário: São 20 votos favoráveis e nenhum contrário. – Presidente: Com 20 votos favoráveis e nenhum contrário, fica aprovado em primeira votação o Substitutivo nº 1/2017. Eu quero, em nome desta Presidência, cumprimentar os nossos amigos da Associação dos Camelôs Ambulantes do centro de Cascavel, sejam sempre bem-vindos a esta Casa. Na sequência teremos a participação do representante da associação na Tribuna do Povo e, também, evidentemente, quero fazer uma saudação carinhosa aos representantes da Areac, ao Francisco, ao César, ao Milton e o meu amigo Paulo lá do Sindicato Rural, sejam sempre bem-vindos a nossa Casa de Leis. Senhores, eu vou suspender neste momento a nossa Ordem do Dia, atendendo ao requerimento nº 407/2017 de autoria do vereador Mauro Seibert, que foi aprovado pelas vossas Excelências e que convocou para que viesse a essa sessão do dia 2, convocou não, convidou para que viesse a essa sessão do dia 2 de outubro o senhor Francisco, engenheiro agrônomo da Associação Regional dos Engenheiros Agrônomos da Areac para que explanasse no plenário desta Casa de Leis sobre a utilização e recomendação de agrotóxicos, com os métodos para aplicação correta no município de Cascavel. Suspensa que está a Ordem do Dia, então, eu convido o Engenheiro, senhor Francisco, para que venha a Tribuna para que possa fazer a explanação, então, sobre a questão dos agrotóxicos. Com acompanhamento de todos os senhores vereadores, em especial do vereador Paulo Porto. O senhor tem 10 minutos, senhor Francisco, fique a vontade. – Engenheiro Agrônomo Francisco: Bom dia a todos, espero que 10 minutos sejam suficientes. Bom dia a todos os senhores vereadores, a plateia, aos colegas da Associação Regional dos Engenheiros Agrônomos de Cascavel. Essa temática sobre o uso correto e seguro dos agrotóxicos é um tema extremamente, eu diria impossível condensar em 10 minutos aqui e de tão amplo, muitos assuntos vão ficar de fora e dos que forem tocados, muito superficialmente e ele é fundamental para o entendimento dessa questão, dessa polêmica que existe e eu diria, até de antemão, muitas vezes gratuita. Levamos cinco anos na faculdade estudando esses assuntos, temos centenas de pesquisadores debruçando a vida sobre esse assunto, pesquisando, buscando soluções, aprofundando esse assunto para compreender melhor esse tema, então, vou procurar aqui me conter mais aos conceitos, não vou entrar em citações bibliográficas, referências bibliográficas que não é objetivo aqui. O ponto de partida dessa discussão são as estatísticas de intoxicação, não tem porque questionar essas estatísticas, elas estão aí, elas são reais, há problemas sim, mas o objetivo aqui é contribuir com essa discussão trazendo aspectos técnicos, científicos para que a gente discuta isso de forma menos apaixonada. Porque há aspectos da química, da física, da biologia a serem considerados nessa discussão, porque normalmente em discussões



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

apaixonadas a gente acaba ignorando esses aspectos e aí não vamos chegar a lugar nenhum. O fundo dessa discussão, na verdade, então, deveria ser, na minha visão, por que ocorrem essas intoxicações? As intoxicações estão aí, agora discutir daqui para frente chegando ao ponto de muitas vezes se colocar situações assim: proibir ou não proibir? O que fazer? Não, vamos ver porque ocorre e agir na origem do problema, na raiz do problema e certamente a solução dessa situação vai passar pela prevenção como nós vamos ver. Outro ponto a ser observado nessa discussão: quem são os intoxicados que aparecem nas estatísticas? São as pessoas envolvidas no trabalho diretamente ou são nas pessoas que eu chamo de circundantes? Circundantes próximas ou distantes? Porque muitas vezes confunde-se muito nessa discussão, coloca-se tudo no mesmo balaio e são caminhos, são situações completamente distintas. Então, vamos trabalhar 1º, rapidamente, aqui a situação dos trabalhadores, ou seja, intoxicações ocupacionais, de situação trabalho. Não tem como a gente não entrar em alguns detalhes técnicos aí, eu sei que ficou pequeno, talvez, porque... isso que está ultra resumido o assunto aí. Acontece o seguinte, muito se fala das vias de contaminação, as vias de intoxicação, tecnicamente 95% das intoxicações por agrotóxicos elas ocorrem por absorção dérmica e não, a maioria, por via oral, por inalação como se pensa, por se tratar de um trabalho em ambiente externo. Existe um fato que são os respingos dos agrotóxicos durante o preparo de calda, isso já é mensurado pela pesquisa, eu trago um dado aqui, 0.16 ml de produto puro a cada abastecimento e a deposição da deriva sobre o trabalhador, sobre operador durante a pulverização que no caso mais corriqueiro, aqui de Cascavel, são pulverizações tratorizadas que é de 40 ml por dia. Então, vou colocando alguns pontos aqui para depois lá no final a gente arremata. Existe outro fator ser considerado, que é o tamanho da gota da pulverização, é um dado técnico, às vezes, pra gente que tá no meio técnico fica fácil de compreender isso, mas para os leigos, de uma maneira geral, é difícil. Os pulverizadores terrestres produzem gotas de 50 a 400 micras, mas com 90% delas concentrados entre 150 e 250 micras; a pulverização aérea, que pouquíssimo temos aqui na nossa região, de 50 à 250 microns, com concentração entre 90 e 190 microns, aproximadamente. Para justificar o porquê a maior parte das intoxicações são por via dérmica, esse é um dado fundamental, porque vejam somente gotas menores de 14 microns de diâmetro médio volumétrico conseguem passar pelo sistema respiratório para chegar até o pulmão e não existe equipamento de pulverização capaz de produzir gotas tão pequenas, isso é um fato técnico. Outro fato a ser considerado nessa discussão: a vida útil dessa gota. Conforme eu coloquei ali, considerando 30 graus de temperatura, que é uma temperatura normal de trabalho, ventos de 6 a 8 km por hora, uma gota de 200 microns de diâmetro médio leva 65 segundos, em 21 metros, para sua completa extinção, ela se acaba em 21 metros e a de 100 microns leva 16 segundos de vida útil, ela se extingue em menos de 2 metros. Por que isso é importante? Porque depois nós vamos amarrar isso com a questão de poluição de águas, poluição de rios, que isso não é possível acontecer dessa forma. Outro fato: a contaminação dérmica no preparo da calda, que é o momento que antecede ao trabalho de pulverização, ela representa 60% do risco de todo o trabalho e os outros 40% estão desde o transporte, armazenamento, a própria pulverização, lavagem de



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

equipamentos e etc. E pelo fato de, já no dia que o trabalhador vai fazer aplicação, ele tem que começar a fazer o preparo da calda, então, ele já tem uma contaminação inicial se ele não estiver protegido. Contaminação direta sobre a pele ou o tecido umedecido pelos respingos no momento do preparo da calda e essa contaminação vai tá sendo absorvido pela pele o dia inteiro. E a eventual inalação, ela é pontual somente nos momentos que há deriva sobre o tratorista ou quando vento vira, uma manobra, então, ela é pontual. Mas, a dérmica a partir da primeira contaminação do dia vai acompanhando e aumentando a cada nova exposição durante a jornada e a pele fica absorvendo o dia inteiro. Então, por esses fatores, isso está mais do que comprovado pela pesquisa que a contaminação dérmica é a principal via de contaminação. O que fazer nesses casos, primeiro ponto: já que a via dérmica é a principal via de penetração do agrotóxico no corpo humano, existe outra situação que a gente, convém aqui ressaltar que os produtos agrotóxicos nos últimos anos eles vem aumentando muito os seus índices de segurança, toxicologicamente falando e esse aumento de segurança nos produtos faz com que haja uma falsa sensação de segurança e o agricultor acaba se expondo mais e se expondo mais ele acaba, então, se contaminando mais. Só que, uma coisa estatística, também, desconhece-se casos de intoxicação ocupacional de trabalhadores usando equipamento de proteção individual. O que são para ilustrar aí essas vestimentas que temos disponíveis no mercado e que, infelizmente, apenas 10 a 15% dos trabalhadores usam essas vestimentas, somente 10 a 15%, agora, porque não usam? Será que são desconfortáveis, como tanto se diz por aí? Isso é um mito. Eu não vou ter tempo aqui, eu trouxe amostras dos tecidos usados na fabricação dos EPIs atuais, pena que eu não posso, não tenho tempo de distribuir aqui para cada um fazer o teste de ventilação que tem nesse tecido, o tato, o conforto, sintam esse tecido. Não tem como dizer que essas vestimentas não são confortáveis hoje, elas foram desenvolvidas, sim, para climas tropicais e diga-se de passagem, aqui em Cascavel nós temos uma fábrica que produz esses EPIs, que por sinal é referência para o Brasil. E diga-se mais de passagem ainda, o Brasil, EPIs para aplicação de agrotóxicos brasileiros são referência Mundial. Japão, Inglaterra, Israel, Canadá, Estados Unidos vem buscar informações das nossas vestimentas produzidas aqui no Brasil. Eu queria tocar num outro ponto, também, nessa questão aí, com relação às pessoas circundantes. Gente, como eu falei, é tanto assunto, não dá para esgotar isso em 5, em 10 minutos. – Presidente: Na verdade vou prorrogar o tempo. Nosso prazo regimental seria 10 minutos, é o que eu falo para senhores vereadores, eu acho as questões desta ordem discutida ou na comissão permanente ou na própria audiência pública porque, de fato, fica difícil para o explanador suscitar de tal maneira o assunto em 10 minutos, mas nós temos uma questão regimental, então, vou prorrogar o prazo para que a gente possa concluir o assunto. – Engenheiro Agrônomo Francisco: Com relação às pessoas próximas, aos auxiliares, por exemplo, que preparam a calda. Por receberem os respingos diretamente, aos auxiliares precisam estar protegidos com os EPIs, os demais auxiliares ficar em distância segura, os residentes na propriedade, também. Devem, também, as pulverizações, ser feitas de uma distância segura, recomendada. Quanto ao local do preparo da calda, também, quando fixo deve ser feito sobre um piso impermeável, já no preparo itinerante ele é sempre feito num local diferente para não



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

haver contaminação do ambiente e, também, existe essa preocupação, que é o que mais afeta numa discussão, quando toca a questão dos distantes, dos consumidores. É aí que existe muito ponto de polêmica. Primeiro ponto: não há dispersão do agrotóxico a grandes distâncias, portanto a grandes distâncias, por exemplo, sendo pulverizado lá no campo, chegar aqui na cidade, a pessoa estar inalando veneno e, como se diz, absorvendo pela pele, isso não tem como. Vocês viram, a vida útil da gota é muito curta, ela se extingue a poucos metros, inclusive, a questão da contaminação das águas dos rios pela pulverização, só se alguém, inadvertidamente, passar pulverizando por cima porque para isso existem as matas ciliares, as recomendações de distância da lavoura das coleções de água para que essa pulverização não chegue até lá, não tem como. Veiculado pelos alimentos? Só se não respeitar o intervalo de carência. O que é o intervalo de carência? É o intervalo seguro, definido pela OMS e pela vigilância sanitária, pela Anvisa, entre a pulverização e a colheita. Porque existem os mecanismos de degradação pela metabolização da própria planta, a própria planta metaboliza aquele produto químico em produtos inoculo tanto para ela quanto para as pessoas, se não atender esse critério, para começo de conversa, esse produto nem obtém registro para comercialização no Brasil. Pra vocês terem ideia, tem produto que o período de carência para determinada, tipo café, é de 14 dias e para outra cultura, pepino, tomate, alface, pode ser de um dia para o mesmo produto, parece estranho. Por que para uma cultura é 14 dias e outra um dia? São capacidades diferentes de metabolização dessas plantas para degradar, vamos chamar assim, esse princípio ativo dentro da planta e não causar mal para as pessoas, então, desde que respeitado o período de carência, não tem como veicular através do alimento essa contaminação para as outras pessoas. Das águas, eu já falei, existe a percolação no solo, escoamento para amanciar e só se for por erosão, ainda assim ele não é disponível, ele tá adsorvido, que é outro conceito técnico, existe a degradação desses princípios ativos no meio ambiente, fotodecomposição, hidrólise, oxidação, degradação microbiana e isso faz com que a meia vida dessas moléculas seja muito curta. De poucos dias a poucos meses dependendo o objetivo daquela molécula, enfim, para encerrarmos, então, essa discussão. Nós temos a legislação de comercialização e fabricação extremamente restritiva no Brasil, temos fiscalização da Adapar, Ministério da Agricultura, Secretarias Municipais de Agricultura; temos fiscalização trabalhista, um pouco mais, menos... não tem como fiscal do Ministério do Trabalho estar em todas as propriedades ao mesmo tempo, aí, talvez, teríamos que trabalhar um pouco mais essa questão. Existem situações, como nós citamos aqui, ocorre intoxicação, mas o que a gente percebe claramente, isso quem vive no campo, no dia-a-dia vê, ocorre por descuidos e na grande maioria das vezes despreparo do aplicador. Nós temos produtos seguros, eficientes, temos legislação antes e após aplicação, até a resíduos de alimentos, só que o aplicador nem sempre é aquela pessoa preparada. Está em discussão na Câmara de Agrotóxicos do CREA, para ser levado ao governo do estado aqui no Paraná e eu tenho participado essas discussões, a proposta de cadastramento dos aplicadores e uma vez cadastrado essa pessoa vai ter que ter uma preparação adequada. Existe um curso feito pelo Senar, é uma espécie de autoescola do aplicador, onde aplicador ele tem que ter essa capacitação, não é uma palestra, é um curso



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

realmente, então, para que esse aplicador faça a coisa com critério, ele tenha que passar por esse curso para ele poder ser um aplicador de agrotóxico no Paraná. Então, rapidamente, desculpe aí pelo atropelo, mas realmente é muito detalhe para gente esgotar em tão pouco tempo. – Presidente: Nós que agradecemos senhor Francisco, pedimos desculpa até pelo tempo limitado, por uma questão regimental, muito embora a gente tenha prorrogado duas vezes o tempo previsto regimentalmente senhores, eu vou abrir só ao vereador Mauro Seibert, até pelo fato de termos extrapolado o tempo, o vereador Mauro Seibert é autor do requerimento, para que faça as suas considerações e daí na sequência retomamos a ordem do dia. – Vereador Mauro Seibert: Nobre Presidente, obrigado por estender o tempo, obrigado seu Francisco. A gente percebe aqui que é ampla né vereador Paulo Porto, a discussão, acho que nós temos que chamar o debate, não estamos correndo dessa obrigação, mas a gente percebe aqui quando você fala tecnicamente que a conversa é diferente. Nós vamos estar convidando o senhor Francisco e a Areac aqui, também, para debater esse assunto, convidando os vereadores, também. Já faço o convite aqui, se ele, é possível hoje ao meio-dia e meio estar no programa J Oliveira, também, da Rádio Colmeia, para a gente discutir mais esse assunto, mas desde já Presidente, quero agradecer o espaço que o Senhor nos abriu e agradecer o Francisco e a Areac, pelo pouco tempo que tem explanação, mas já deu para, pelo menos, explanar e a gente percebe que o tema é muito amplo né Francisco. Obrigado pela condução da palestra. – Presidente: Quero agradecer mais uma vez, então, a presença do senhor Francisco, engenheiro agrônomo lá da Areac, também, agradecer a todos os amigos aqui presentes. Sem dúvida nenhuma, esse é um tema de muito interesse para nossa cidade, para toda a nossa região e que deve e merece ser aprofundado, obrigado aos senhores presentes. Quero, também, cumprimentar a pedido Vereador Roberto Parra, a presença do Justo, que é da Executiva do PMDB, seja sempre bem-vindo a esta Casa. Senhores vereadores, voltamos a nossa Ordem do Dia. Nós temos o Projeto de Lei nº 66/2017 de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre a doação de imóvel Urbano ao Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências. Em discussão. (-Peço a palavra) Com a palavra o vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Na realidade o seguinte, o Ministério Público do Paraná consome em torno de 4% de toda a renda dos paranaenses, ou seja, se você pagar R\$100,00 de impostos, 4% vai para eles. Já foi doado esse terreno para eles há 10 anos atrás e eles não fizeram nada. O município de Cascavel, nós estamos discutindo sempre aqui a falta de creche, o nosso financiamento do IPMC nosso Mauro Seibert, que vai fali no futuro o município, então, nós somos pobre perto do Ministério Público. Então eu não acredito que o Ministério Público, que tem a condição de dar em torno de 4 a 5 mil de auxílio-moradia para seus representantes, que é três ou quatro vezes maior que o salário base da nossa população, necessite de uma doação, com certeza não necessita. É uma entidade muito rica. Então eu vou ter que votar contrário, não tenho dúvida nenhuma, sem dúvida. Imagine só se Cascavel pudesse doar 4 mil para cada servidor do município, mas 4 mil é o salário, talvez, de quase 6 meses dos nossos trabalhadores. O município ia pedir esmola para comprar um terreno? Não, de jeito nenhum, então, não, meu voto é não, mas um não grande. Quem gasta 4% dos nossos impostos, quem tem condição



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

de pagar de R\$4.000,00 para auxílio moradia, no mínimo é mal administrado; ele não precisa de terreno, ele precisa se organizar financeiramente, cortar os privilégios que não são poucos e construir a sua sede ou senão que fica onde está. Então, eu peço aos senhores demais vereadores, falando nisso aqui, não estou falando nada que não tá na realidade, se vocês for na Constituição do Paraná, 4% vai para o Ministério Público e eles ganham auxílio-moradia mesmo tendo casa, nesse valor e os nossos funcionários não tem nem aonde por as suas crianças nas creches. Falaria pro Prefeito, ao invés de doar pro município, fizesse o que? Um prédio e desse moradia para os funcionários que ganham menos do nosso município. Isso seria uma coisa, tipo minha casa minha vida, aonde os funcionários que ganhassem menos, pagassem a sua construção nesse local. Então, aqui em Cascavel, aqui o vereador que votar a favor disso está votando contra o povo, esse povo sofrido, esse povo que nos representa na cidade como um trabalhador e eu faria o seguinte, que fosse fazer um prédio ali e desse para os nossos funcionários que tão bem trabalham e ganham, muitas vezes, um terço da gratificação do auxílio-moradia. Sem contar nos outros auxílios, nas outras coisas. Então, se você pegar o holerite de um promotor, você vai ver que o salário é 40, 50 mil, 30 mil, isso não é condizente com um país pobre igual o nosso. Por isso, meu voto é um não, mas um não assim, talvez, o não mais consciente que tenho aqui na nossa Câmara e pediria que vocês me acompanhassem. Era isso, muito obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Obrigado vereador Doutor Jorge Bocasanta. Com a palavra o vereador Misael Junior. – Vereador Misael Junior: Senhor Presidente, eu tive muitos professores no meu curso de Direito, promotores, promotores que dedicam a sua vida, a sua história, a história da promotoria, não apenas de Cascavel, não apenas do Paraná, mas de todo Brasil em buscar recursos, em buscar objetivos que possam dar retorno à sociedade brasileira. Então, eu quero concordar com esta doação, uma vez que tal situação vai ao encontro da real necessidade do momento que o país atravessa. Momento este que requer que as nossas instituições, aquelas instituições que precisam e devem ser respeitadas, recebam o auxílio assim como todas as outras instituições que, também, recebem auxílio. Hoje é o dia dos promotores, da promotoria, hoje é o dia da doação deste terreno ao Ministério Público e eu quero aqui pedir voto favorável diante de todo o trabalho Vereador Cabral, que essa grande instituição vem fazendo ao longo do tempo. É o que eu tinha senhor Presidente, muito obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra o vereador Policial Madril. – Vereador Policial Madril: Queria cumprimentar o senhor Presidente e com isso cumprimentar os demais vereadores, pessoal aí do trabalho, servidores autônomos da área central. Também, eu estava reparando aqui as palavras do Vereador Doutor Bocasanta, eu só vou ler mais ou menos o que tá no Projeto de Lei aqui, inciso 1º, do artigo segundo: o imóvel, objetivo de doação, descrito no artigo 1º desta lei será utilizado pelo Ministério Público do Estado do Paraná para construção de uma sede e demais dependências, destinado ao desenvolvimento de suas atividades institucionais. O que quer dizer isso? Que é para atender o povo, se fosse para construir uma sede de lazer aí eu concordaria com vereador Doutor Jorge Bocasanta. Se fosse para construir uma sede de lazer acho que os promotores aí, eles teriam condições até de se filiar a um clube da cidade e teriam



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

um atendimento até melhor do que eles construir uma sede de lazer. Aí vamos para o artigo 3º: o imóvel descrito no artigo 1º desta lei não poderá ser alienado, doado, cedido ou transferido a terceiro, devendo ser revertido ao patrimônio do município de Cascavel independentemente de notificação ou interpelação judicial. Caso o Ministério Público do Estado do Paraná paralise suas atividades nesta cidade, dê ao imóvel finalidade diversa ou não inicie e/ou termine as obras no prazo estabelecido em lei. Parágrafo único: ocorrendo a reversão de que trata o caput deste artigo o Ministério Público do Estado do Paraná não terá direito a qualquer indenização referente à construção, benfeitorias e ascensões implantadas no imóvel. Artigo 4º: fica assegurado ao município de Cascavel o direito de fiscalizar o cumprimento das obrigações e prazos estabelecidos nesta lei. Quer dizer que a partir do momento que for votada essa lei, for concedida, o Ministério Público tem o prazo de dois anos para iniciar a obra e depois de iniciada tem mais dois anos para concluir, se não concluir vai retornar ao estado, então, nós estamos fazendo empréstimo, o terreno sempre vai ser do município e vai ser para atender a população de Cascavel. É isso aí que a gente tem que ter em mente, que nós não estamos doando um terreno nosso, nós estamos simplesmente emprestando um terreno para ser feito benfeitorias aonde a população de Cascavel vai se utilizar disso. Então, por isso eu peço voto favorável e acredito que seja uma obra que vai só trazer mais benefícios para Cascavel. Hoje, infelizmente, não veio nenhum promotor aqui representar a Promotoria do Estado do Paraná, mas quando veio o pessoal da Polícia Federal, que também ganhou um terreno que é de 10.000 metros quadrados, esse tem 1700 metros quadrados. Naquele projeto todo mundo voltou favorável, até vou até fazer uma brincadeira, só que aquele dia o nosso Vereador Jorge Bocasanta não votou o contrário e não fez esse discurso, só que aquele dia, também, (-Um aparte) eu acho que o delegado meio que apelou né, veio com fuzil, armado e veio mais 6 policiais. (-Um aparte) Com certeza. – Vereador Jorge Bocasanta: Com certeza a Polícia Federal não ganha, não tem os privilégios que o Ministério Público tem, se um delegado da polícia federal ganhasse 4 mil de auxílio moradia, com certeza, mesmo com aquelas armas lá eu ia votar contra. Não vamos confundir a Polícia Federal que é uma instituição séria, trabalhadora, com poucos recursos de um que também pode ser séria, mas tem muitos recursos. Era isso, então, continuo votando contra, obrigado. – Vereador Policial Madril: Obrigado vereador Bocasanta, essa última fala minha foi só em tom de brincadeira, mas eu peço voto favorável (-Um aparte), concedida. – Vereador Josué de Souza: Senhor Presidente, nobres vereadores, distinta assistência. Eu acho que esse Projeto vem de encontro a um anseio, é um Projeto Bocasanta que é para atender a população, aonde a população vai chegar, vai ser bem atendida, vai buscar os seus direitos que a promotoria está para defender o direito do cidadão e eu gostaria que o senhor revesse essa situação e desse um voto favorável, porque quem vai ser beneficiada com isso não vai ser só os promotores, mas sim a população de Cascavel. Era isso que eu tinha, muito obrigado. – Vereador Policial Madril: Só para encerrar, agradecendo aí a parte do pessoal que participou e, também, entendo o ponto de vista do vereador Bocasanta, acho que nós todos aqui somos livre para votar conforme manda a consciência. Obrigado, peço voto favorável e voto nominal nesse Projeto. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra o vereador



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Fernando Hallberg. – Vereador Fernando Hallberg: Senhor Presidente, na verdade essa doação, inclusive, ela já foi feita há muitos anos atrás, então, isso aqui é só para ratificar Vereador Jorge. Mas, devolveram muitas vezes inclusive por falta de recursos para construir, nós não conseguimos para Polícia Federal da outra vez o terreno também e a polícia federal não tinha recursos para construir. Infelizmente hoje no Brasil essa parte, me parece, que quando é para investir no combate à corrupção não tem recurso, então vamos dar mais esse voto de confiança e esperar que se tenha essa verba para se construir uma sede própria do Ministério Público do Paraná e para que eles consigam desempenhar as suas funções. Só fazendo um adendo vereador Jorge, eu estava semana passada conversando com a promotora lá e vejo neste mandato uma proximidade grande do Ministério Público com o Poder Público, um interesse grande em resolver os problemas. E ela me falava que ela tem um assessor contratado jurídico para trabalhar, mais dois estagiários e acabou e é aquilo lá, muitas vezes com 2 mil processos na mão, então, nesse sentido a gente precisa, um promotor com 2.000 processo não consegue desempenhar (-Um aparte), concedido. – Vereador Jorge Bocasanta: eu acho que se pegasse o dinheiro do auxílio-moradia deles dá pra contratar dois advogados, um advogado, então, tem as prioridades. E eu vejo o seguinte, naquela vez que te chamaram lá, nós chamaram para reunião, que eu falava assim, que eles ficam uma semana e ficam 16 semanas sem trabalhar, que não era para nós dar o número para população, que dava esses problemas eu acho, eu não vejo esse interesse tão grande, muitas vezes, quantas pessoas estão me ouvindo e vão lá no Ministério Público da Saúde para ver o seu direito de saúde lá e não são recebidos, então, não é por aí Fernando. Dinheiro eles tem e demais, se eles não têm assessores é só abrir mão do auxílio-moradia que dá para contratar. Era isso, meu muito obrigado. – Vereador Fernando Hallberg: Vereador Jorge, mas eu tenho uma notícia para dar, durante esse ano eu já fiz várias solicitações ao Ministério Público da saúde e tenho sido muito bem atendido, inclusive o Promotor, doutor Ângelo, esteve aqui na audiência pública de terça-feira passada tratando do combate ao suicídio e realmente vem desempenhando um papel. Talvez antes eu não conseguia acompanhar tão de perto né, mas nós precisamos cobrar também que aqueles que não estão desempenhando seu papel que trabalhem sim, assim como qualquer outro instituído em um cargo público. Obrigado senhores. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra o vereador Serginho Ribeiro. – Vereador Serginho Ribeiro: Senhor Presidente, nobres vereadores, entendo a palavra, a fala do nosso amigo Bocasanta, é importante nós avançarmos em Cascavel e uma proteção às pessoas, mas eu vejo o seguinte, agora, também, apesar aí nesse relatório, ao qual eu sou relator como presidente da Comissão de Finanças, juntamente com o Jaime e, também, com o Mazutti. Apesar de posicionar favorável a tramitação da presente Proposição Legislativa, me preocupa o fato de o Poder Executivo destinar um imóvel, dessa grandeza, de seu patrimônio público e ainda por cima com valores que talvez não estão condizentes com o aplicado no mercado imobiliário. Porém, pelo respeito à instituição do Ministério Público e pelos seus relevantes serviços não poderia aqui deixar de apoiar tal iniciativa, quero deixar registrado o meu voto, a minha preocupação com o poder Executivo Municipal doar esse imóvel, pois é fato que a atividade administrativa deve ser dirigida aos cidadãos



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

em geral, no caso presente a doação é dirigida a um órgão que atende apenas aos servidores públicos do Ministério Público Estadual. Em face do exposto, como relator entendo que a matéria em análise não encontra impedimentos de ordem orçamentária e financeira o que opino pelo parecer favorável à tramitação do Anteprojeto de Lei nº 66/2017. Então, atendendo juntamente com os demais (-Um aparte), concedido a vereador. – Vereador Jaime Vasatta: Obrigado vereador Serginho. Eu também penso dessa maneira, até porque realmente deixou nós bastante em dúvida em relação, dentro da comissão, vereador Serginho e vereador Mazutti, em relação à forma que o Executivo mandou em relação à doação, talvez poderia ser feito uma concessão aí por 20, 30 anos, mas é importante sim que nós podemos atender essa demanda do Ministério Público até porque isso vai gerar no futuro, nas construções desses prédios, tanto do Ministério Público como da Polícia Federal, vai movimentar o setor de construção, mais empregos. Enfim, tudo isso acaba tornando viável para o município, então, eu acho importante sim que seja construído um prédio realmente que possa atender a população até porque isso, na verdade, é para dar um bom atendimento à população né Serginho. Então, eu acho que é importante nossa contribuição em relação a isso. Obrigado vereador. (-Um aparte) – Vereador Serginho Ribeiro: Aparte concedido vereador Bocasanta. – Vereador Bocasanta: Só pra ver como nós temos um problema sério, agora, acabei de receber uma ligação que tá o senhor Eloi Pasquale lá em Nova Aurora, que foi mandado pra lá, foi operado e voltou e tá lá de novo. E me pediram agora para arrumar uma vaga que ele está para morrer lá em Nova Aurora, um cidadão de Cascavel que pagou seus impostos estão aqui, a família me ligando, então, com certeza entre fazer doação para um órgão que consome 4% dos nossos tributos, dando auxílio-moradia de quatro mil e esse cidadão que tá morrendo lá em Nova Aurora, com certeza o município de Cascavel deveria olhar mais para saúde e menos pra esse Ministério Público. Era isso, meu muito obrigado. – Vereador Serginho Ribeiro: Entendo a sua preocupação Doutor Jorge Bocasanta (-Um aparte), concedido. – Vereador Josué de Souza: Eu acho que o Doutor Bocasanta tem razão que ele está falando, acho que os promotores têm muitas regalias mesmo, acho que ele deveria convocar uma audiência pública para discutir as regalias dos promotores porque ele tá falando nisso aí, então, mas nós temos que avançar nesse assunto, doar o terreno e ir para frente. Era isso que eu tinha para falar senhor Presidente. - Vereador Serginho Ribeiro: Entendo a preocupação, acho que nós temos que fazer o melhor pra nossa população, realmente assistir com carinho e respeito, principalmente, nós falamos aqui, nós temos aí no PPA a aprovação de três orçamentos que demandam principalmente dessas pastas, saúde, vemos educação e, também, assistência social, com uma parte 2 bilhões e seiscentos e tantos milhões. Então na verdade temos que avançar sim Bocasanta, mas a importância e também pelo caráter, pelo trabalho que é feito, então, no Ministério Público nós, é claro, demos o parecer favorável e também já peço voto favorável aos demais nobres. Seria isso senhor Presidente. Senhores vamos a votação, então, (-Peço voto nominal) dessa doação de imóvel urbano ao Ministério Público do Estado do Paraná e dizer, de fato, vereador Alécio que temos que estar preocupados e sem entrar no mérito da questão de ser merecedora ou não, o Ministério Público, mas, de fato, o município de Cascavel já não tem mais tantos



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

terrenos, então, é necessário uma preocupação por parte nossa, do futuro da nossa cidade. Tanto aquele terreno que foi doado a Polícia Federal, quanto esse que será doada ao Ministério Público, eu espero que essas instituições tenham a compreensão de que estamos doando terrenos absolutamente privilegiados da nossa cidade, talvez um dos mais privilegiados que o município tem, então, a gente, de fato, esperamos que essas instituições cumpram com seu papel e deem um retorno positivo na sociedade. Mas, sem dúvida nenhuma esse ato que está para ser aprovado na sessão de hoje é um ato de muita importância e que tem que ser votado com muita responsabilidade porque são muito significativos esses terrenos. Proceda votação nominal senhor Primeiro Secretário. (Foram favoráveis os vereadores: Alécio Espínola, Cabral, Carlinhos Oliveira, Celso Dal Molin, Damasceno Junior, Fernando Hallberg, Jaime Vasatta, Josué de Souza, Mazutti, Mauro Seibert, Misael Junior, Olavo Santos, Parra, Paulo Porto, Pedro Sampaio, Policial Madril, Rômulo Quintino, Serginho Ribeiro e Valdecir Alcântara). (Foram contrários: Dr. Bocasanta). – Secretário: São 19 votos favoráveis e um contrário. – Presidente: Com 19 votos favoráveis e um contrário, fica aprovado em primeira votação o Projeto de Lei nº 66/2017. Senhores ao que me consta nós temos ainda dois projetos na Ordem do Dia, que é o Projeto de Lei nº 113/2017 que abre o crédito de R\$450.000,00 na dotação da Secretaria de Meio Ambiente e também outro Projeto que trata da reestruturação da própria Secretaria de Meio Ambiente justamente para possibilitar a execução desse crédito adicional. Ao que me parece todos os senhores vereadores são absolutamente favoráveis a essa questão dos animais, então, eu gostaria de pedir a compreensão de vossas Excelências que pudéssemos discutir esses Projetos na sessão de amanhã no momento da 2ª discussão vereador Fernando Hallberg, tendo em vista que nós temos ainda Tribuna do Povo e temos aqui de maneira pacientemente os nossos amigos Associação dos Camelôs que estão aqui e que usarão A Tribuna do Povo. Então, como eu sei que todos senhores vereadores são favoráveis a essa questão dos animais eu pediria a gentileza que pudesse nos discutir na sessão de amanhã esses Projetos dos animais. Em discussão o Projeto de Lei nº 113/2017. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os vereadores contrários que se manifestem. Projeto de Lei aprovado em primeira votação pela totalidade dos Senhores vereadores. Coloco em discussão Projeto de Lei nº 116/2017. Em discussão. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os vereadores contrários que se manifestem. Projeto de Lei aprovado em primeira votação pela totalidade dos Senhores vereadores. Senhores vou suspender a sessão da Ordem do Dia porque nós temos ainda as inscrições interesse público e vou fazer uma inversão de pauta com a compreensão de vossas excelências para que a gente possa avançar para Tribuna do Povo. A Tribuna do Povo nós temos uma solicitação por parte da Associação dos Camelôs Ambulantes do Centro de Cascavel que solicita a presidência, pois o motivo se justifica, pois queremos o apoio dos vereadores do atual Legislativo, com apoio da Lei Complementar nº 78/2014. Eu convido, então, o senhor presidente da associação, o Josiva Lins para que venha ao plenário para que possa usar a Tribuna usando a Tribuna do Povo. Na sequência da Tribuna do Povo teremos, aí sim, os vereadores que queiram fazer o uso da palavra, teremos as inscrições de interesse público.



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNADO POVO: (Fez uso da palavra o Senhor Josiva Lins, Presidente da Associação dos Camelos Ambulantes do Centro de Cascavel – ACAC para pedir apoio dos vereadores da atual legislatura, com o apoio da Lei Complementar nº 78/2014, ao final agradeceu a oportunidade). – Presidente: Nós que agradecemos Josiva e também a todos os amigos aqui da Associação dos Camelôs e, de fato, nós temos que avançar nessa questão senhores. Aos vereadores do primeiro mandato, quando nós voltamos essa Lei, se não me engano de autoria do vereador Robertinho Magalhães com apoio da maioria dos Senhores vereadores, foi uma ampla discussão na cidade envolvendo Acic, Amic, evidentemente que, também, Associação dos Camelôs e acho que avançamos numa legislação interessante, agora, o que precisa é colocar-se em prática. Eles sempre falaram que eles querem ser regularizados, querem estar legalizados sem nenhum problema, pagar os impostos necessários, mas querem ser respeitados. Eu acho que o que está faltando é justamente a bendita da Acopla funcionar, nós temos que avançar nessa questão, sejam sempre bem-vindos. Eu acho que essa Casa sempre será parceira até porque vocês nunca pediram nada impossível e nada ilegal apenas a legalização da atividade de vocês. Temos as inscrições de interesse público, as 11:49 desta manhã, temos algumas descrições: a do vereador Celso; do vereador Rômulo; do vereador Carlinhos Oliveira; a do vereador Fernando Hallberg; do vereador Madril; a do vereador Misael Júnior; Vereador Olavo Santos; Vereador Serginho Ribeiro; Vereador Mazutti; Vereador Alécio Espínola; e Vereador Pedro Sampaio. Pela preferência regimental, vamos ouvir primeiro ele, o vereador líder do governo, Vereador Alécio Espínola. A vossa Excelência tem o prazo regimental de 10 minutos. **GRANDE EXPEDIENTE:** - Vereador Alécio Espínola: Não usarei os 10 minutos senhor Presidente, como sempre procuro ser muito prático nas palavras. Eu quero falar de dois assuntos nesta manhã, primeiro falar referente essa doação do terreno para o Ministério Público, recentemente Presidente nós voltamos aqui nessa Casa o terreno para a construção de uma sede da Polícia Federal e dias depois eu, na escolinha de governo, tive a oportunidade de usar a palavra e falar sobre a importância da doação desse terreno. Polícia Federal que há anos vinha se arrastando para ter o seu terreno para fazer a sua sede, Prefeito Paranhos junto com esta Câmara, com todos os vereadores, sensível a necessidade da polícia federal e eu tenho dito e disse na ocasião na escolinha de governo que nós precisamos fortalecer as instituições no Brasil, principalmente Polícia Federal e Ministério Público. Por isso, nesta manhã tive a honra de com os demais vereadores votar a doação do terreno para o Ministério Público que será instalado aqui pertinho da prefeitura, pertinho da Câmara, que facilitará talvez Paulo Porto, o trabalho para os promotores. Talvez com um binóculo eles possam conferir as ações do que está acontecendo aqui no Legislativo e também no Executivo. Nós precisamos avançar, me preocupou quando o presidente Gugu Bueno falou hoje sobre os terrenos do município que estão acabando, nós temos que, também, nos alertar para isso, mas fica aqui o nosso registro de que é importante nós fortalecermos as instituições no Brasil, que tem feito nos últimos anos vereador Mauro, a Polícia Federal e o Ministério Público, um brilhante trabalho não só para os paranaenses, mas o Ministério Público tem orgulhado o nosso Brasil. Outro tema senhor Presidente que me preocupou na sexta-feira e aqui quero fazer um pedido a



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

mesa diretora dessa Casa para que provoque a Procuradoria desta Casa para nos trazer um parecer sobre a questão do Substitutivo que foi protocolado, parando aí um Projeto brilhante que é o Projeto do Conselheiro Tutelar. Projeto esse que está na Casa já um bom tempo, Projeto este que foi elaborado pelos principais conselhos da nossa cidade que protegem a criança e o adolescente. Com nosso secretário Hudson, eu estive na Promotoria e ouvi do promotor pedindo a serenidade na votação deste Projeto do Conselho Tutelar, fica, então, senhor Presidente essa provocação, esse pedido para que a Procuradoria dessa casa nos dê um parecer sobre a legalidade desse Substitutivo que atrapalha o andamento de um Projeto perfeito para que possa proteger a criança da nossa cidade. Muito obrigado senhor Presidente. – Presidente: Vamos ouvir agora o vereador Misael Junior pelo tempo do bloco parlamentar. – Vereador Misael Junior: Senhor Presidente, senhores vereadores, todos que estão nos assistindo e ouvindo. Hoje é um dia especial na nossa vida enquanto vereadores, faz um ano hoje vereador Jaime Vasatta, que nós estávamos nos alegrando da vitória vereador Policial Madril, nas últimas eleições. E fazendo um reflexo sobre isso, eu postei um vídeo sobre aquele evento cultural que está acontecendo no Museu de Arte Moderna de São Paulo e o meu vídeo tanto no Instagram quanto no Facebook recebeu inúmeros comentários. E esses comentários foram, na sua totalidade, de repúdio às cenas e aos atos que aconteceram naquele Museu, aliás, eu tenho um vídeo que eu gostaria de passar e algumas fotos. Gostaria de pedir a mídia para fazer a gentileza. Esse é o Museu de artes de São Paulo, um homem nu, deitado, uma monitora e uma criança, uma menina tocando o homem nu, orientada pela mulher. Veja que ela pega primeiro e depois, também, pega. Gente do céu. E olha só, que a menina sai dali engatinhando em direção às outras pessoas, falam que é a mãe, falam que são os familiares. Olha lá o rapaz e a menina toda constrangida. E não ficam por aí. O nosso repúdio a isso porque estão tentando sepultar a inocência das nossas crianças. Eu não sou contrário a liberdade de expressão de cultura das pessoas que querem, que acham bonito uma cultura do nu, ou qualquer outro tipo de cultura. Mas, senhores, colocar as crianças para tocar num homem nu? Isso é o fim de uma relação de inocência para com o erotismo. Existe uma barreira vereador Fernando, na minha visão e essa barreira está para com as crianças e precisa ser respeitada por todos nós, precisam ser respeitadas não apenas pela sociedade, mas pelos pais. A Constituição Federal de 1988 traz em seus artigos a recomendação que o direito de educação e de proteção da criança é dos pais, o Estado entra como um amigo e entra como alguém que pode auxiliar, mas o que nós estamos vendo aí é que até mesmo a mãe foi negligente e se equivocou (-Um aparte) e merece... já concedo o aparte. E merece responder a luz dos artigos diante da sua negligência, diante da sua imprudência de deixar a sua filha tocar no homem nu. Seu aparte concedido vereador Gugu Bueno. – Vereador Gugu Bueno: Vereador Misael, de maneira muito objetiva, assim, eu estou atônito ainda com essas imagens. A gente que tem filho pequeno, a onde nós estamos chegando? Com qual pretexto? De liberdade de expressão, de arte, isso é sacanagem. Uma mãe dessas tinha que ser presa, é uma imbecil por completo, deixar uma filha manipular um homem nu, pelado. Que arte é essa? Onde nós estamos chegando vereador Mauro? Então, assim, o mais impressionante não é ter uma imbecil porque o mundo é cheio de



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

imbecis, o mais impressionante é você ver alguns pseudo-pensadores na grande mídia nos chamar de nazistas por não concordar com uma imagem dessas. De nos chamarem de preconceituosos, de achar um absurdo as pessoas se revoltarem com esse tipo de arte. Pelo amor de Deus, isso é pretexto para sacanagem. Enfim, obrigado vereador. (-Um aparte) – Vereador Misael Junior: Já lhe concedo, mas eu preciso ressaltar aqui e cumprimentar o vereador Gugu Bueno que é Presidente dessa Casa, Presidente já no seu segundo mandato, no seu segundo exercício da sua função enquanto vereador e Presidente dessa Casa e certamente já viu passar por aqui inúmeras situações, mas certamente essa é a que mais nos constrange e nos repudia. Eu sou evangélico, vereador Gugu não é, nós não estamos tratando aqui de Bíblia e nem de religião, se bem que se quiser discutir isso eu, também, posso discutir porque sou um teólogo, agora, não é disso que nós estamos discutindo. Nós estamos discutindo sobre o artigo 240, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. O aparte vereador Mauro. – Vereador Mauro Seibert: Vereador Misael, lá no interior Fernando sei que também veio do Rio Grande do Sul, esse tipo de arte a gente corrigia com um galho de guatambu ou um pedaço de mangueira e mostrava para o caboclo ou pra essa mãe o que era arte. Isso merece um galho de guatambu ou uma mangueira de uma polegada no lombo, porque estão brincando vereador Gugu, estão brincando nesse país. Então, no momento que pega isso e soca no lombo de um ‘jaguara’ desse aí vai parar esse tipo de arte vereador Olavo. Obrigado. – Vereador Misael Junior: Vereador Mauro (-Um aparte), já lhe concedo vereador Fernando. O artigo 227 vereador Fernando, diz assim: “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Aparte concedido vereador. – Vereador Fernando Hallberg: Foi pago com dinheiro da Lei Rouanet também? – Vereador Misael Junior: Eu não fiz esse levantamento ainda vereador. – Vereador Fernando Hillberg: Parece que foi. Eu ouvi um pronunciamento do Santander dizendo que devolveu o dinheiro, então, eu gostaria de saber, até fica como sugestão de encaminhamento, destinação da Lei Rouanet, todas, pra gente entender para aonde que está indo o nosso dinheiro porque empresa grande que coloca, muitas vezes, pode servir até para lavagem de dinheiro. (-Um aparte) – Vereador Misael Junior: Aparte concedido. – Vereador Celso Dal Molin: Se é arte e cultura, esse cara podia vir aqui em Cascavel e ficar ali na praça, podia vir fazer aqui em Cascavel também na praça pública aqui. Daí nós vamos buscar aquele galho que você falou, bem que poderiam convidar ele pra vir aqui em Cascavel. Fazer num presídio, também, esse tipo de arte. Obrigado vereador. – Vereador Misael Junior: Eu duvido porque a arte que foi apresentada ali na verdade é uma afronta à inocência das nossas crianças (-Um aparte) e olha vereador Carlinhos, que vou lhe conceder o aparte, mas olha a importância da instituição do Ministério Público no Brasil: “MP investiga homem pelado do Museu de Arte Moderna de São Paulo”, sabe quem cometeu crime ali? O rapaz que está ali sendo tocado, a monitora que ensina e que instrui, os pais, todos eles configuram e adentram ao *caput* do Código Penal e do ECA



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

e podem ser punidos, detenções de 02 a 05 anos, com reclusão em regime fechado eu gostaria que fosse, infelizmente a Legislação não diz isso. Mas, vereador Carlinhos, também, lhe concedo o aparte. – Vereador Carlinhos de Oliveira: Não poderia deixar de comentar, também, porque fui alcançado por vários artistas indignados com essa situação e reafirmando que não consideram esses atos, essas imagens como sendo arte. – Vereador Misael Junior: Estão deturpando a cultura brasileira, estão deturpando o artista e para finalizar senhor Presidente, outro dia eu estava vendo um pintor e ele começava a usar, esquadrinhar o seu quadro e a gente não conseguia entender nada lá e tem muitos quadros que realmente a gente olha e é algo abstrato. Vendo aquilo eu falei “aonde que vai chegar isso?” e ao fundo vereador Serginho, uma música tocava e quando essa música chega no seu coro, no seu ápice, ele vira, então, o quadro já depois de praticamente todo finalizado e nós vemos ali a imagem de um ser humano. Ele pintou o quadro ao contrário, de ponta cabeça, isso eu achei arte e na verdade a imagem que mostra ali senhores, é do senhor Jesus Cristo e depois daquele momento que ele vira o quadro, olhando para o senhor Jesus Cristo, não tem como não nos lembrar do momento que Jesus disse “olha, deixe-me vir as criancinhas porque delas é o reino dos céus”, ele diz ainda mais “se vocês não se fizerem como as crianças, vocês não vão poder herdar o reino dos céus”, sabe o que quer dizer isso? Inocência, pureza, sem malícia, só que as nossas crianças não podem ser levadas nesse insulto e estão querendo sepultar a inocência das nossas crianças, mas nós aqui, enquanto legisladores, não vamos deixar isso acontecer. Era o que eu tinha senhor Presidente, o nosso muito obrigado. – Presidente: Obrigado vereador Misael. Vamos ouvir agora o vereador, pelo tempo do bloco parlamentar em nome dos transparentes, vereador Olavo Santos. Porém, antes vereador quero aqui só dar uma informação ao vereador Fernando Hallberg, a Presidência recebeu um ofício, uma resposta por parte do Banco Santander nos informando o seguinte, eles receberam recursos da Lei Rouanet, mas devido toda a celeuma envolvida eles devolveram o recurso. Mas eles receberam, então, se não tivesse havido toda a questão, toda a polêmica, ele teriam sim, ficado com o dinheiro da Lei. Então, eles receberam, mas houve a polêmica e agora, evidentemente, o banco mandou devolver o recurso. Então, uma resposta oficial do banco a esta Casa. Com a palavra o vereador Olavo Santos. – Vereador Olavo Santos: Senhor Presidente, senhores vereadores, utilizando o tempo do Bloco Parlamentar eu quero iniciar dizendo uma pequena reflexão do escritor Augusto Cury, onde ele diz que “nem tudo o que parece comum é normal” e aí como que a gente pode ilustrar? Talvez, trazendo até aqui a compreensão, um fato que pode ocorrer, imagine uma menina crescer sendo violentada pelo pai, o pai violentando a mãe e eles ali numa opressão. Ela crescer, casar e por achar que aquilo seja comum, não vou falar natural, mas comum, permita que o marido faça isso com ela, também, depois de casada. Para ela pode parecer comum, mas não é normal. E me atendo ao mesmo fato que trouxe o vereador Misael aqui, o que eu tenho para dizer à vocês é que o que está acontecendo no Brasil é pior que esse exemplo que aqui eu trouxe. Querem sim e aqui eu vou falar, com a negligência da maioria dos nossos representantes federais, de todo o Brasil, estão permitindo, querem sim erotizar as nossas crianças. Começam trazendo livros, pequenos livros na escola para falar sobre sexo, estimulando crianças a se tocarem,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

experimentarem sensações na tenra idade ao ponto de chegarem até nesta situação aonde uma mãe, inclusive, permite que a criança possa tocar no corpo de um homem nu. Senhores, *La Bête*, parece que é em Francês ou O bicho em português, é o nome desta, não sei como definir, mas ser for dessa performance. Aí eu trago o questionamento aos senhores, uma reflexão, o que é arte? E para isso eu recorro ao que o jornalista do G1 escreveu, Luciano Trigo, de alguma décadas para cá, o que é arte é definido pelos curadores, por artistas, por críticos, pelos administradores de museus, por um seletivo grupo e aí eles classificam como arte. Ali foi classificado, essa ação, pra alguns como arte e para eles vale tudo, principalmente se for polêmico, porque quanto mais polêmico, mais rende publicidade e, talvez, mais rende recurso financeiro. Aí ficamos na fala do Jornalista Luciano Trigo, imaginando que para eles, hipoteticamente, pode acontecer numa apresentação, digamos que, pegue uma pessoa na plateia, ali ao vivo, uma mutilação? É arte. Pegue uma pessoa da plateia e faça ali um abuso sexual com essa pessoa, um estupro, se eles definirem como arte, é polêmico, é arte. Ora, ora, sobre o selo, sobre a tutela, sobre o carimbo deste pensar, disse que é arte, então, não vou discutir o que é arte se é eles que definem, que rotulam o que é arte. Eu vou discutir sim vereador Misael, como bem trouxeste aqui, o que é crime. Artigo 240 do Estatuto da Criança e do Adolescente basta, isto ali é um crime, a arte não pode superar a Lei, já falamos em outra situação aqui nesta Tribuna. Bem específico, artigo 240 do Estatuto da Criança e do Adolescente “produzir ou dirigir representação teatral, televisiva, cinematográfica, atividade fotográfica ou qualquer outro meio visual, utilizando-se de criança ou adolescente em cena pornográfica, de sexo explícito ou vexatória”. Pena de 02 à 06 meses de multa, caso a criança contracene a pena é de 03 à 08 anos. O carimbo de uma obra de arte não pode superar a legislação brasileira. Isso não é possível ser permitido, se nessa Casa de Leis, se não se levantam os 21, mas que pelo menos 20 vereadores se levantam para defender o Estatuto da Criança e do Adolescente, nesse caso. Nós sonhamos com o dia aonde na Câmara Federal e no Senado Federal a maioria, também, se levante aqui como na Câmara de Vereadores de Cascavel para proteger as nossas crianças e para, sim, fazer com que a legislação seja cumprida. Aonde a mãe, que aqui ocorreu em crime, cometeu um crime, juntamente com o museu, juntamente com o ator e juntamente com aquelas pessoas que estavam lá, também, seja punida. Essa voz não vai se calar e eu tenho certeza, a voz de todos os senhores, não irá se calar. Seu aparte. – Vereador Misael Junior: Vereador, eu diante de todas as explicações senhor Vereador, acredito que seja possível e certamente necessário uma Moção nessa Casa, assinada hoje, colocada em pauta amanhã para que nós possamos evidenciar tudo isso que estamos falando e eu deixo aqui essa contribuição e se todos concordarem de hoje à tarde nós fazemos essa Moção. – Vereador Olavo Santos: Senhores, para finalizar, os senhores viram o vídeo, a menina parecia constrangida em ter que tocar e aí você vê adultos incentivando, sorrindo como uma coisa linda, incentivando ela. Essa criança está em formação ainda, ela não tem uma maturidade psicológica para assimilar, querem fazer, lembram-se do início da minha fala quando citei Augusto Cury, querem fazer parecer para ela isso comum, para não dizer natural. Quem tem filhos sabe que uma criança entre 6 a 7 anos, uma menina de seis ou sete anos é apenas



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

uma criança e esses bandidos têm que ir para a cadeia, esses criminosos tem que ir para cadeia e fazer arte lá, eu quero ver se os presos vão permitir esse tipo de arte porque nós sabemos que lá também existem regras, respeito. Não pode mais a sociedade brasileira ser afrontada desta maneira, as crianças e as famílias. As crianças são sim o nosso futuro e a esperança desse país e cabe a nós, não apenas o direito de defendê-las, mas o dever de protegê-las e seremos cobrados por isso se não agirmos. Faremos mais uma Moção e vamos agir e eu espero que os representantes da bancada do Paraná na Câmara Federal se posicionem, mostrem a que vem ou parece que tem medo ou parece que compactuam com essa arte. Que carimbam, também, lá para dizer que aquilo é arte, se for arte não é isso que eu vou discutir, é crime senhor Presidente e se fosse aqui em Cascavel não precisava nem o Vereador Madril ir prender, eu mesmo iria lá prender essa cambada, obrigado. – Presidente: Obrigado Vereador Olavo e a Moção tem a sua importância vereador Misael, tendo em vista, por exemplo, que o próprio Banco Santander respondeu oficialmente esta Casa, inclusive de maneira breve uma Moção aprovada por quase a totalidade dos Senhores vereadores, então, acho que é um instrumento importante de posicionamento dessa Câmara de Vereadores. Vamos ouvir agora o vereador do PSC Vereador Carlinhos de Oliveira. – Vereador Carlinhos de Oliveira: Devido o adiantado da hora, abro mão da palavra. – Presidente: Agora, o vereador Fernando Hallberg: Bom dia novamente senhoras e senhores, Presidente eu queria fazer um questionamento ao senhor: quem paga o salário do vereador Alécio? É a Câmara de Vereadores ou é a Prefeitura? Porque, afinal de contas, o vereador Alécio trabalha para quem senhores, é para a população que o elegeu ou ele é funcionário do Prefeito? Porque tem horas que me parece que ele trabalha única e exclusivamente como funcionário do Prefeito, então, que ele tenha hombridade de pedir exoneração, abrir mão do cargo de vereador e vai trabalhar na Prefeitura vereador Mauro, não é verdade? E, aliás, tem que ser muito bem pago para vir aqui falar esse tipo de besteira que ele fala, ele tem que ser muito bem pago. Fica aqui esse encaminhamento, de repente, a ser feito, pedir que o salário do vereador Alécio seja pago pela Prefeitura e não pela Câmara de Vereadores. Peço agora que o áudio coloque... (Reprodução do áudio). Senhor Presidente, demais vereadores, plateia, essa é uma matéria, uma reportagem da CBN, feita com uma funcionária da UPA em que ela está dizendo que a gente tem que separar o joio do trigo, que nós não podemos generalizar. E eu acompanho o trabalho da UPA, das duas, várias vezes eu realizo visitas e falo diretamente com médicos, com enfermeiros e realmente tem muita gente vereador Mauro, que dá o sangue lá dentro e que muitas vezes não tem estrutura para trabalhar. E no caso de estrutura nós devemos cobrar aqui a Prefeitura Municipal que dê a estrutura adequada para que a UPA funcione. E a gente lembra muito pouco, geralmente a gente só lembra quando um funcionário faz alguma besteira, ou é atendido de uma maneira ruim e a gente esquece muitas vezes de aplaudir boa parte dos funcionários que estão lá vereador Mauro, dedicados, mesmo com a estrutura precária, trabalhando de maneira eficiente. Eu já vi casos de enfermeiras que dobram o plantão, trabalham a mais do que elas tem que trabalhar, mesmo sem bater o cartão, simplesmente para não deixar as pessoas desatendidas, então, eu quero um aplaudo para essas pessoas que realmente estão trabalhando de



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

maneira séria, comprometida e que fazem por onde honrar o salário que recebem. Então, fica aí o meu voto para que para isso. Senhor Presidente, complementando só a minha fala anterior eu gostaria, então, que fosse feito esse parecer da procuradoria jurídica, com relação ao Substitutivo e, caso ele seja favorável, eu já peço que todos os senhores honrem aqui, também, em especial Vereador Alécio o que ele falou aqui com relação a esse parecer aí do Substitutivo do Conselho Tutelar. E que quem participou desse processo sabe o esforço que nós tivemos, o tanto de estudo que nós tivemos para que Cascavel tivesse o melhor Projeto e como o Vendedor Alécio falou, pelo jeito estudaram tanto esse Projeto e ainda mandaram para cá com vícios de ilegalidade né vereador. Então, mas graças a Deus que nós temos vereadores técnicos aqui e que vem desempenhando um papel essencial nessa Câmara de Vereadores. – Presidente: Vamos ouvir agora o vereador Celso Dal Molin: Obrigado senhor Presidente. Senhor Presidente, demais vereadores, como é de ciência dos Senhores vereadores, no dia de sexta-feira nós estivemos junto ao Ministério Público aonde fizemos um registro a 17ª promotoria de algumas denúncias. E eu queria senhor Presidente em meu nome, em nome dos vereadores que assinaram, Policial Madril, Paulo Porto e Carlinhos de Oliveira, esses dois últimos representando a Comissão de Educação, quero passar ao senhor Presidente uma cópia da denúncia feita naquele momento, sexta-feira, onde passamos em várias documentos, para que o Ministério Público possa confirmar ou não confirmar as denúncias e levantamentos que nós fizemos quanto à gestão de 2013 a 2016 na Secretaria de Educação de Cascavel. Relatamos aqui os nomes de empresas, de pessoas, tudo esclarecido e senhor Presidente eu quero passar às suas mãos, então, uma cópia. Obrigado oportunidade. – Presidente: Vamos ouvir agora Vereador Rômulo Quintino. – Vereador Rômulo Quintino: Presidente Gugu, senhores vereadores, distinta assistência, cumprimentá-los nessa manhã. Eu quero apenas senhor Presidente deixar como registro e retomar, tendo como base o edital que foi lançado pela secretaria de educação há alguns dias. Deixa eu me encontrar aqui o número do edital, de forma mais específica, que fala sobre a questão dos CMEIS em Cascavel. Dia 15 de Março, está aqui edital de chamamento público de organizações da sociedade civil para prestarem atendimento da educação infantil no âmbito do município de Cascavel. No dia 15 de Março nós tivemos aqui nessa Casa uma audiência pública que teve ampla participação da sociedade e, também, dos senhores vereadores, onde trouxemos a coordenadora do programa de CMEIs que estabelece parcerias com as entidades filantrópicas, bem como com as escolas particulares para a contratação de vagas de CMEIs. Isso foi no dia 15 de Março após a tentativa, também, ou, tentativa não, inserção no plano plurianual, na lei de diretrizes orçamentárias e, também, na lei orçamentária anual em 2016, quando estávamos aqui, também, como disse aqui um dos vereadores, hoje, nos debatendo com um dos principais problemas, uma das principais necessidades de Cascavel que é a falta de vagas nos CMEIs que, aliás, vem crescendo e vem crescendo bastante, já são mais de 4 mil inscritos. Mas, dia 15 Março nós fizemos encaminhamento aqui com ampla participação, como já havia dito e nesse encaminhamento ficaram estabelecidos três pontos específicos, ou seja, primeiro a construção de CMEIs para contratação de mais professores, de mais funcionários, atendendo assim um anseio, uma demanda e uma priorização do



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

sindicato. Num segundo momento, a abertura para organizações filantrópicas e no terceiro momento a contratação de escolas particulares. Então, foi aberto agora, há poucos dias, esse chamamento e isso vai acontecer nos próximos dias. Nós temos uma indicação baseada no resultado daquela audiência pública, é a indicação nº 298/2017, com resposta à época da secretária ou da Secretaria Municipal de Educação dizendo que estava fazendo esse estudo para firmar parceria com organizações da sociedade civil, conforme amparo pela lei federal nº 13019/2014. Então, está acontecendo, eu quero apenas deixar aqui registrado a minha preocupação com a diminuição das vagas no período integral, está acontecendo e deixar também a minha preocupação como valor nesse chamamento público, que está para período parcial de R\$110,00 e período integral de R\$220,00. Não posso afirmar e até por responsabilidade não firmarei, se está incluso ou não a questão do alimento para as crianças, se estiver incluso o alimento para as crianças está previsto que vai ser inviável esse chamamento pelo valor. Não sei se é possível manter uma criança pelo valor de R\$ 5 por dia no Centro Municipal de Educação Infantil. Então, apenas deixo registrado aqui esse reconhecimento ao governo municipal, Prefeito Paranhos que tem feito essa força, esperamos que isso se concretize de acordo com aquilo que foi encaminhado aqui na audiência pública de 15 de Março. Era isso senhor Presidente, obrigado. – Presidente: Vamos ouvir agora o vereador Policial Madril. – Vereador Policial Madril: Cumprimentar o Presidente, deixar ele meio triste que não vou poder abrir mão da palavra hoje, os demais vereadores, mas vou ser breve. Só vou fazer uso da palavra para agradecer o Emiliano Kupick que ficou nove meses trabalhando comigo, desde o começo de janeiro, vai ter que se ausentar, está com os dois filhos ali que já vieram buscar ele, até antes de acabar o término do expediente para se dedicar um pouco a família dele, vai ficar um mês ou dois fora e vai retornar e se Deus quiser trabalhar com nós. Então, minhas palavras, hoje, eram só para agradecer, dizer que a gente trabalhou uns 15 anos junto ali na Polícia Militar, apesar de não trabalhar no mesmo grupo, na mesma sessão, mas o Kupick na Polícia Militar, às vezes, tem pessoas que não gostam muito dele por causa da seriedade dele na sessão que ele trabalhava, que era na P2 e tinha que fiscalizar os outros policiais, normalmente as pessoas que fazem coisas errada não gostam da pessoa que trabalha certo. Mas o Kupick, desde os primeiros dias que eu conheci ele, que veio de outro Batalhão, sempre foi uma pessoa dedicada a sociedade, sempre observou os princípios legais da Lei, sempre uma pessoa que trabalhou pautada na Constituição, Código Penal, Código Processo Penal e principalmente no militarismo. Que já trabalhou no exército algum tempo e na Polícia Militar a pessoa tem que seguir sempre a hierarquia e a disciplina. Quem segue a disciplina sempre vai se dar bem na vida pública e na vida civil, que sempre vai respeitar as pessoas idosas, pessoas... sempre respeitando as pessoas. A gente respeita as pessoas que estão dentro da Lei e as pessoas que merecem realmente o respeito da gente e as que não merecem respeito, estão fora da lei a gente tem que trabalhar sempre seguindo a lei e sempre usando a forma, a principal, a mais fraca até o mais forte, até que seja cumprido o que for necessário. (-Um aparte) Concedido. – Vereador Celso Dal Molin: Vereador eu quero, também, então, na sua fala agradecer o Kupick a força e a ajuda que ele me deu quando eu pedi auxilia em



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

algumas investigações e o senhor colocou o Kupick a disposição, me ajudou muito. Vou ter que parar agora, então, 30 dias, então, que Deus te abençoe muito obrigado pela força, contribuição que o senhor me deu numas certas situações, pela sua visão e me ajudou bastante e nós pudemos concluir e levar ao Ministério Público a conclusão dessas investigações. Então, obrigado, bom descanso 30 dias, cuida da família em primeiro lugar mesmo, a família Kupick, as demais coisas depois a gente resolve. Que Deus te abençoe, muito obrigado mais uma vez e, também, Madril obrigado. (-Um aparte) – Vereador Policial Madril: Obrigado pela colaboração, vou passar o aparte para o vereador Mauro. – Vereador Mauro Seibert: Madril, fazer um agradecimento aqui também ao Kupick, a pessoa que conheci aqui, não conhecia mais a fundo como você e falar que já vai deixar falta, uma pessoa assídua, pessoa de respeito, uma pessoa que leva as coisas a sério no que a gente conversa e brinquei um dia com ele que o seu gabinete estava muito bem estruturado, como sempre está, com pessoas respeitadas, pessoas que realmente se dedicam ao trabalho. É assim que a gente sempre tenta levar no serviço público, eu que sou funcionário público, sempre fiz essa dedicação e assim a gente percebe no Kupick, essa pessoa maravilhosa, essa pessoa que tá deixando de se assessorar para cuidar da sua família. Às vezes quando a gente pede um tempo aqui que é para cuidar da nossa saúde, da família, as pessoas pensam que estão brincando né Kupick, então, quero te parabenizar por você tomar essa decisão, eu sei que é uma decisão que vem para o seu bem e da sua família. Parabéns e obrigado por fazer parte desse mandato aqui na Câmara Municipal. – Vereador Policial Madril: Obrigado Mauro pela... (-Um aparte), concedido. – Vereador Olavo Santos: Também não posso deixar de manifestar meu respeito pelo Kupick, membro assíduo do grupo de oração aqui da Câmara de Vereadores e um profissional que realmente trazia o equilíbrio para o seu gabinete Madril. Eu vi que você falou de ficar aí uns 60 dias fora, o Celso Dal Molin já diminuiu para 30 dias, já ficou melhor né. Estava aqui pensando o quê realmente o Kupick vai fazer, cuidar das crianças, brincar de esconde-esconde, tocaia daqui, tocaia dali, não sei como que é. Mas o meu respeito Kupick a você e pelo profissional que é e gostaríamos muito de tê-lo de volta aqui para nos auxiliar. Obrigado. – Vereador Policial Madril: Obrigado vereador Olavo, só pra encerrar, já agradeço ao Kupick e estamos esperando a volta dele, vamos deixar uns dias aí até que ele resolva os problemas, depois a Vanusa vai ter que liberar o homem de volta pra trabalhar com a gente aí na Câmara. (-Um aparte) Concedido. – Vereador Fernando Hallberg: Volte logo Kupick. – Vereador Policial Madril: Obrigado, é só que eu tinha para falar. – Presidente: Já tive a oportunidade de fazer isso sexta-feira, mas faço aqui de público, em nome da presidência, da mesa diretora, em nome de todos os vereadores, mais uma vez desejar sucesso aos seus projetos Kupick e quando for a hora, evidentemente, seja bem-vindo de volta. Vamos ouvir agora o vereador Serginho Ribeiro. – Vereador Serginho Ribeiro: Saudação ao Presidente, aos demais vereadores, serei breve. Também quero fazer uma saudação ao Kupick, todo trabalho que é feito, a irmandade, o carinho e o respeito, a toda sua família, parabéns pelo belíssimo trabalho, é isso aí, com certeza nós estamos somando forças com um grupo de assessores bastante competentes, bastante comprometidos. Só quero aproveitar e agradecer, não falando do meu Projeto, mas o nosso na causa animal em Cascavel,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

votamos por unanimidade e amanhã retomamos, então, só isso Presidente, só agradecendo o apoio de todos os amigos aí que estão entendendo a necessidade desse projeto tão importante, obrigado. – Presidente: Vamos ouvir agora o último Vereador inscrito na sessão, Vereador Mazutti do PSL. – Vereador Mazutti: Presidente eu abro mão da palavra. – Presidente: Não havendo mais nenhuma inscrição para o interesse público, encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às doze horas e trinta e cinco minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Larissa Zarth, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

GUGU BUENO

Presidente

OLAVO SANTOS

1º Secretário